



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0786/14	DATA: 03/06/2014	
LOCAL: Plenário 8 das Comissões	INÍCIO: 14h43min	TÉRMINO: 16h57min	PÁGINAS: 48

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

CLEMERSON JOSÉ PINHEIRO DA SILVA - Diretor do Departamento de Registro da Pesca e Aquicultura do Ministério da Pesca.

MARCELO PEREIRA DIAS DE MADALENA - Presidente da Colônia de Pescadores de Macaé, Rio de Janeiro.

JAIR SCHMITT - Coordenador-Geral de Fiscalização Ambiental do IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

SUMÁRIO

Audiência pública destinada a debater os conflitos gerados no Rio de Janeiro pela sobreposição de competência do IBAMA e do Ministério da Pesca e Aquicultura na gestão pesqueira.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.

Há palavras ou expressões ininteligíveis.

Usaram da palavra durante a reunião os Vereadores Jocimar Gomes de Oliveira e Welberth Rezende.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Adrian) - Declaro aberta a presente reunião de audiência pública da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável destinada a debater os conflitos gerados no Rio de Janeiro pela sobreposição de competência entre o IBAMA e o Ministério da Pesca na gestão pesqueira — o requerimento para realização deste evento é de autoria do Deputado Adrian.

Comunico a todos que o evento é transmitido ao vivo pela Internet e será gravado pela *TV Câmara* para ser exibido posteriormente na grade de programação da emissora.

Convido para compor a Mesa o Sr. Clemerson José Pinheiro da Silva, Diretor do Departamento de Registro da Pesca e Aquicultura do Ministério da Pesca e Aquicultura. Convido para ocupar a Mesa o Sr. Jair Schmitt, Coordenador Geral de Fiscalização Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis — IBAMA. Convido para compor a Mesa o Sr. Marcelo Pereira Dias de Madalena, representante da Colônia de Pescadores do Estado do Rio de Janeiro.

O Sr. Sérgio Júnior, popularmente conhecido na região como Júnior Abacaxi, Presidente da Associação de Pescadores do Município de Macaé, comporia a Mesa, mas, por imprevisto de última hora, não pôde vir.

Cada convidado terá 20 minutos para fazer sua exposição, uma vez que após as palestras iniciaremos o debate.

Desde já agradeço aos convidados e peço que observem o tempo proposto para a sua exposição. Há um cronômetro ali à esquerda para orientá-los.

Informo aos palestrantes, aos Parlamentares e aos demais presentes que esta Comissão promoverá um debate interativo nesta audiência pública por meio do portal e-Democracia, ferramenta interativa da Câmara dos Deputados. Os servidores desta Comissão estão encarregados de moderar as perguntas dos internautas. As perguntas serão respondidas pelos nossos convidados ou pelos Parlamentares ao final do debate. Quem estiver acompanhando pela Internet pode nos enviar perguntas.

Informo que esta reunião está sendo gravada e, por isso, solicito aos palestrantes o obséquio de sempre utilizar o microfone para as suas intervenções.



Peço ainda aos palestrantes que assinem autorização para que a Câmara dos Deputados publique suas exposições e utilizem suas imagens para transmissão pela Internet e em programas da Casa.

Nós pedimos a realização desta audiência pública devido a nossa grande preocupação com o futuro da pesca no Estado do Rio de Janeiro e em todo o País, em todo o nosso litoral, porque cada vez mais dificuldades são impostas a essa categoria. Pescar, a cada dia que passa, está ficando mais difícil.

Alguns pescadores vão desistindo, porque está ficando mais fácil fazer outras coisas, realizar outras atividades a enfrentar a pesca com toda a burocracia, além das dificuldades do tempo, do clima, do mar. Os riscos já são enormes. Se nós não procurarmos aqui, neste debate, chegar a um consenso para facilitar a vida dos pescadores — respeitando, lógico, o meio ambiente — estaremos enterrando o futuro da pesca no Brasil.

Também quero dizer a vocês que faço parte e sou titular da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, sou Presidente da Frente Parlamentar de Incentivo à Reciclagem, sou Presidente da Subcomissão de Resíduos Sólidos e sou Coordenador do PMDB Socioambiental. Então, eu tenho uma preocupação grande com o meio ambiente, mas também tenho uma preocupação grande com os pescadores.

Nós temos que estabelecer o meio-termo, defender o meio ambiente com responsabilidade, porque temos chefes de família que dependem do mar, dependem dessa atividade para sustentar suas famílias e, ao mesmo tempo, defender os pescadores com a responsabilidade de proteger o meio ambiente.

Convido para fazer uso da palavra, pelo tempo de 20 minutos, o Sr. Clemerson José Pinheiro da Silva, Diretor do Departamento de Registro da Pesca e Aquicultura do Ministério da Pesca e da Aquicultura.

O SR. CLEMERSON JOSÉ PINHEIRO DA SILVA - Eu pediria ao senhor que concedesse a palavra primeiramente ao Sr. Marcelo, porque precisamos ter uma noção geral do que está acontecendo no Rio de Janeiro, saber quais são os conflitos apontados, quais são os problemas que os pescadores estão enfrentando para, a partir daí, fazer a apresentação pelo Ministério da Pesca e o Sr. Jair pelo IBAMA. Eu acho que a palavra do Sr. Marcelo vai ser norteadora para o debate.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Adrian) - Eu vou fazer melhor, vou quebrar o protocolo e conceder a palavra ao Marcelo e vou, antes de os senhores fazerem as suas exposições, conceder a palavra a dois Vereadores da região que estão presentes na Casa, o Vereador Welberth e o Vereador Jocimar Gomes, conhecido como Boca na região. Ambos têm muito a contribuir com o que está se passando na região — na verdade, o que está se passando lá na região, assim como em muitas outras regiões. Depois os senhores farão suas exposições e iremos interagindo.

Com a palavra o Sr. Marcelo Pereira Dias de Madalena, representante da Colônia de Pescadores do Estado do Rio de Janeiro, pelo prazo de 20 minutos.

O SR. MARCELO PEREIRA DIAS DE MADALENA - Boa tarde aos Srs. Deputados e aos demais membros da Mesa.

Sr. Deputado, essa demanda está gerando um grande conflito no nosso Município. Como o senhor já é sabedor, já participou de algumas assembleias, nossos pescadores estão sendo penalizados devido à exigência de permissão de pesca. Está aqui em minhas mãos uma permissão de pesca emitida pelo órgão competente, com o que a gente sempre sonhou. A classe pesqueira sempre sonhou com um Ministério, com um órgão soberano da pesca, responsável pela emissão da permissão para que a gente possa efetuar a pesca — a controlada e a não controlada.

Aqui nós temos uma permissão de isca viva. A permissão não diz que é proibida a captura da sardinha verdadeira e nem diz que pode — não diz que não pode nem diz que pode. Diz que o pescador pode capturar isca viva para uso na pesca de outros tipos de peixe, como olho-de-boi, atum, o dourado e os demais. E isca viva, seja sardinha ou outro tipo de peixe que esteja na embarcação, é uma isca. Então, os pescadores, lá no nosso Município, quando estavam no Município vizinho, foram autuados. Nós temos um pescador chamado Adriano que levou R\$6.900 de multa, mais R\$65 mil. Como é que esse pescador vai pagar essa multa? E isso porque estava na sua embarcação com a sardinha verdadeira. E o Renato tomou uma multa de R\$15 mil, mais R\$75 mil.

Essa é uma demanda que já vem de algum tempo. A gente já encaminhou documento para o Ministério da Pesca, para a Superintendência Regional no Rio, e até agora não foram tomadas as decisões cabíveis. Nós recorreremos da multa, mas



nós estamos aguardando que o IBAMA, juntamente com o Ministério, resolva esse problema da pesca.

Agora eu pergunto aos senhores: como o Ministério emite um documento para que o pescador possa trabalhar e esse pescador, em alto-mar, é preso, tem que retornar para sua casa, para a terra, com despesa, e ainda mais com uma multa enorme que chega ao absurdo de ter o pescador que vender o barco para poder pagar?

E aí nós, pescadores, perguntamos: onde vão ficar nossos pescadores? Porque a cada dia a pesca vai acabando. Porque o nosso território é um oceano tomado. Onde Deus botou a gente para poder trabalhar, que é no mar, hoje a gente está sendo impedido. Porque quando se instala ali alguma plataforma, não podemos nos aproximar.

A pesca controlada. Mas aqui tem: método, linha; petrecho, espinhel, horizontal, superfície, com isca viva.

Então, eu acho que essa permissão dada para o pescador, ao proprietário da embarcação para pescar está dizendo que ele pode pescar. E aqui estão os tipos de peixe que ele pode pescar. “*Espécie alvo: dourado.*” Aí tem: “*Fauna acompanhante: tubarão-azul, tubarão-branco, palombeta, cavala*”, dezenas de peixes. Mas o IBAMA não reconhece esse documento emitido pelo órgão soberano da pesca, o Ministério da Pesca, como um documento. Ele diz que isso não vale nada para o órgão. Por esse motivo os barcos foram atuados, multados e escoltados para a terra como se os pescadores fossem bandidos. Uma lancha escoltando, com agentes fortemente armados, trazendo as embarcações dos trabalhadores que estavam em alto-mar fazendo sua pescaria, a captura do seu pescado para sustentar suas famílias, com uma despesa enorme. Porque um barco desses de linha, que pesca com linha *nylon*, gera uma despesa grande, são 10 mil, 15 mil, 20 mil. E aí nós estamos nessa pendência.

E, graças a Deus, com o apoio do Vereador Welberth, do Julinho e do Boca, junto com a Subsecretaria de Pesca, o Júnior, a Associação e a Colônia dos Pescadores, e do Deputado Adrian, nós estamos aqui para pedir o apoio de vocês para que essa multa seja revista.



E aqui temos o ofício que nós fizemos. Se o Deputado permitir, eu vou pedir para a representante da Subsecretaria para ler rapidamente o ofício. Eu vou falar algumas coisas sobre o ofício que ela vai ler para os senhores.

A SRA. LILIANE RAMOS DA SILVA - Boa tarde. Passo a ler o ofício:

“Considerando que a pesca é uma das atividades produtivas mais antigas do Município de Macaé e os recursos pesqueiros marítimos constituem importante fonte de renda em nossa região e, dessa forma, é necessário pensar a sustentabilidade dessa atividade econômica de maneira que os respeitáveis órgãos competentes acompanhem o desenvolvimento da pesca em termos de documentação, de permissão da pesca artesanal e da Carteira de Pesca Profissional — MPA;

considerando que a permissão para a captura da sardinha verdadeira, prevista na Instrução Normativa nº 16, de 22 de maio de 2009, determina o comprimento mínimo de 17cm para ser utilizada como isca viva, o que não atende às necessidades dos pescadores artesanais, pois, segundo eles, atenderia a captura inferior a 17cm, denominada como sardinha juvenil, para uso exclusivo da captura de outras espécies;

considerando que até o momento, segundo os pescadores artesanais, não existem espécies alternativas viáveis para subsidiar o uso da sardinha verdadeira como isca viva para a captura de dourados e afins;

considerando, também a grande necessidade da permissão da pesca do camarão sete-barbas, que, desde 2009, a Colônia de Pesca de Z-3 de Macaé, em parceria com a Subsecretaria Municipal de Pesca, vem lutando pela mesma, que, até hoje, só foram enviadas quatro permissões de pesca para o Município de Macaé;



Diante do exposto, solicitamos a este conceituado órgão uma análise minuciosa sobre o caso em tela e uma possível alteração na Instrução Normativa nº 16 em relação ao cumprimento da sardinha verdadeira e à permissão de pesca do camarão sete-barbas.”

O SR. MARCELO PEREIRA DIAS DE MADALENA - Como os senhores podem analisar da leitura feita pela representante da Subsecretaria, a sardinha verdadeira, para os nossos pescadores, com 17 cm, é grande e não serve para a captura de outro tipo de peixe. O que acontece? Um barco iscado pega, no máximo, entre 200 a 300 quilos de peixe, de sardinha. Enquanto um barco, a atunzeira, que tem a permissão, cerca toneladas e toneladas. A nossa frota de Macaé, para fazer um cerco equivalente, levaria quase 1 ano para fazer a pesca com a isca viva para a captura de outros tipos de peixe.

E a nossa permissão, como eu disse há pouco, existe. Mas eu pergunto aos senhores: o que vale uma permissão, um papel que o IBAMA não reconhece como documento? Como um Ministério emite um documento e o outro Ministério não o reconhece como documento para aquela embarcação efetuar a tal arte de pesca?

E aí se aproveitam da nossa ignorância, porque nós somos pescadores. Hoje eu sou representante da Colônia, amanhã poderei não ser mais, mas sou pescador. Não tive possibilidade de estudar, como vocês, para ser graduado, para entender as leis. Por esse motivo, vemos aí o nosso Deputado, os nossos Vereadores, o Welberth, que, antes de ser Vereador, é advogado, e está aí para nos ajudar, porque eu até pedi a ele para, se fugirem algumas coisas, porque para nós fica difícil.

Nossa colônia tem cerca de 2 mil pescadores associados. Aí vocês botem famílias, filhos que dependem da pesca. Nós temos de 300 a 350 embarcações em Macaé.

Permissão de arrasto. Já foram presas dezenas de barcos em Macaé. Eles trabalham na ilegalidade. Por quê? Por que querem? Não. Nós queremos trabalhar na legalidade, queremos trabalhar legalmente. Mas o próprio Ministério não libera a permissão de arrasto do sete-barbas. Centenas de pescadores trabalham com essa pesca todos os dias, respeitando a época do defeso, da reprodução. A Prefeitura de



Macaé vem ajudando os pescadores, dando um auxílio na frente de trabalho para que, na época do defeso, da reprodução da espécie, eles respeitem e não pesquem.

E aí eu pergunto aos senhores: como o pescador quer andar legalizado, quer andar certo com os seus direitos e deveres e o órgão competente não quer emitir o documento? É como se você quisesse tirar uma carteira de motorista e o DETRAN não aceitasse. Aí fica difícil.

Essas são algumas das palavras que eu tenho para dizer sobre a documentação de primeiro registro, sobre o Ministério da Pesca.

Nós temos centenas de carteirinhas, centenas de pescadores que fizeram seus cadastros há mais de 3 anos e a carteirinha não chega. Pediram para renovar. Renovamos centenas de carteirinhas porque ia chegar uma carteirinha, agora, com o modelo cartão. E até hoje chegaram, se não me engano, do modelo cartão, três ou quatro carteirinhas. Entenderam? E aí a gente fica naquela situação.

O pescador entende que o Presidente da Colônia tem que dar jeito. Mas nós, que estamos cá na ponta, sabemos que não é tão fácil assim. A gente encaminhou para o Ministério da Pesca, órgão competente, e ele encaminha para cá, para Brasília.

E eu não sei o que acontece que o documento fica, fica, fica, fica e não chega às mãos dos pescadores. E aí os pescadores perdem seus direitos. Chega a época da reprodução das espécies e não podem pescar, passam dificuldades e têm que contar com o apoio de outros amigos.

E falo bem claramente: hoje, se não fosse a Prefeitura de Macaé, desde 2010, que lançou a frente de trabalho, os pescadores estariam passando uma dificuldade muito maior porque a pesca é proibida, a fiscalização está lá, os barcos são presos, são autuados, mas a permissão e o benefício não chegam ao pescador.

Eu quero agradecer, Deputado Adrian, a oportunidade e ouvir os outros palestrantes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adrian) - Obrigado, Marcelo.

Eu vou aproveitar e convidar os Vereadores Welberth e Jocimar para compor a Mesa. Peço aos dois que tomem assento à mesa para nos darem a sua contribuição na qualidade de membros da Comissão da Câmara do Município de



Macaé, uma vez que acompanham todo o drama dos pescadores. Peço que nos deem a sua contribuição para que os nossos expositores, tanto do IBAMA quanto do Ministério da Pesca, conheçam melhor o problema.

Então, convido os dois Vereadores para tomar assento à mesa, por favor.

Lembro que o Marcelo é Presidente da Colônia de Pescadores de Macaé, os Vereadores são da Comissão, de Macaé, mas esse é um problema que está assolando todos os Municípios...

O SR. MARCELO PEREIRA DIAS DE MADALENA - Todos os Municípios da região.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adrian) - ...do litoral, todos os pescadores. E Macaé é apenas um exemplo, outros Municípios estão sofrendo o mesmo problema.

Eu vou pedir, primeiramente, ao Vereador Jocimar Gomes que use o tempo necessário para nos dizer quais são os anseios dos pescadores.

O SR. JOCIMAR GOMES DE OLIVEIRA - Boa tarde ao Deputado Federal Adrian, ao Clemerson, ao Jair, ao Marcelo — Presidente da Colônia Macaé — e ao Vereador Welberth.

Quero dizer ao Deputado Adrian que para mim é uma felicidade muito grande estar aqui nesta tarde. Eu sou Vereador de primeiro mandato em Macaé pelo PMDB, tive 2.399 votos, sou o oitavo mais votado entre 17 Vereadores, de 269 candidatos.

Sr. Presidente, os pescadores vêm sofrendo muito em nossa cidade. Quando eu abracei a causa, junto com os Vereadores Julinho e Welberth, foi porque nós precisávamos ajudar esses pobres coitados que vivem no mar o dia a dia. A gente vê o sofrimento deles, que têm de sair escondidos de casa para ir ao mar fazer a pesca para trazer o sustento de suas famílias. Sr. Presidente, ontem, em meu gabinete, eu atendi 18 pescadores. E qual foi era a reclamação deles? Eles não estão conseguindo ter a liberdade de ir para o mar pescar porque a vigilância do IBAMA está sendo muito rígida. Nós precisamos rever o quadro desses pescadores que foram multados covardemente. Isso é o que eu acho. Quando nós fizemos aquela Instrução Normativa nº 12, do Ministério da Pesca, que o pescador teria que pescar a 15 milhas da costa, a primeira coisa que nós fizemos foi marcar uma audiência pública na Câmara Municipal de Macaé com a presença do Ministro



Crivella e de mais de 500 pescadores. S.Exa. suspendeu os efeitos da instrução normativa.

Então, da mesma forma, a gente está com dois órgãos muito importantes nesta Comissão da Câmara dos Deputados: o IBAMA e o Ministério da Pesca.

Eu tenho certeza, Sr. Presidente, de que, com força de vontade, olharemos com carinho para a cidade de Macaé, onde a gente vivia com a nossa maior riqueza antes da PETROBRAS: a pesca. E a pesca hoje está sendo jogada para o canto. Por quê? Porque os nossos pobres pescadores não têm autorização para pescar.

Nós testamos trabalhamos incansavelmente para resolver esse problema. Já estive com a D. Suely Amaral, da Superintendência Federal da Pesca e Aquicultura do Estado do Rio de Janeiro, e ela sempre dizendo: *“Estou resolvendo, estou resolvendo, estou resolvendo.”* Mas nada está sendo resolvido.

Eu acho que teria que haver mais força de vontade das autoridades, mais interesse por aqueles pescadores do Município, da nossa cidade.

Por isso nós viemos aqui hoje. Nós largamos, em nosso Município, a votação do aumento do salário dos servidores municipais para participar desta audiência pública acompanhando os nossos pescadores. E, através de V.Exa., Sr. Presidente, estarmos participando desta audiência. Nós viemos aqui para, junto com os Ministros da Agricultura e do Meio Ambiente, tentar resolver o problema dos nossos pescadores.

Quero agradecer mais uma vez ao Dr. Eduardo Cardoso, Presidente da Câmara Municipal de Macaé, e aos colegas Vereadores que indicaram o nosso nome para vir a esta Comissão. Isso foi aprovado em plenário. Por isso nós estamos aqui hoje representando essa classe, porque o Júnior Abacaxi, Presidente da Associação de Pesca... A Secretaria de Pesca, hoje, é a D. Rizete — o anterior era o Sr. Vanderlei, que teve que sair porque estava com problemas familiares — está fazendo um belíssimo trabalho.

Nós pedimos o apoio do Ministério da Pesca, do IBAMA e da Câmara Federal, desta Comissão. Pedimos que olhem com carinho para esses pescadores. Já estamos enjoados de ver os pescadores na porta do gabinete pedindo ajuda para levar o sustento para casa porque têm aluguel para pagar, têm conta de luz para pagar, têm que botar a compra dentro de casa, têm que comprar o material da



escola de seus filhos, têm que botar seus filhos na escola. Senão esses meninos vão para onde, vão para a bandidagem?

Então, quero pedir mais uma vez o apoio da Câmara Federal e desta Comissão. Peço que olhem com carinho a situação desses pescadores. Vamos fazer a sua defesa. Façam como o Ministro Crivella, que esteve na audiência em Macaé. Na audiência nós tivemos o maior fruto, que foi a suspensão da Instrução Normativa nº 12, que proibia a pesca até 15 milhas. São 27 quilômetros mar adentro. Poucos pescadores de barco pequeno iam pescar. Iam fazer o quê? Passar fome na cidade.

Nós estamos aqui brigando por isso. Quero o apoio desta Comissão. Tenho certeza de que Deus vai iluminar esta Comissão e nós vamos sair daqui com uma boa vitória, uma boa resposta.

Muito obrigado e boa tarde, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adrian) - Muito obrigado, Vereador Jocimar, nosso popular Boca.

Passo a palavra ao Vereador Welberth.

O SR. WELBERTH REZENDE - Boa tarde, Deputado Adrian, que preside esta audiência pública.

Quero agradecer a presença do representante do MPA, Sr. Clemerson; do representante do IBAMA, Sr. Jair; do Presidente da Colônia de Pescadores da nossa cidade, vulgo Marcelo Bolinha; e da representante da Subsecretaria de Pesca, Sra. Liliane.

Eu acho que fui muito contemplado com as falas aqui colocadas. O problema é grave. Nós estamos sofrendo bastante com a situação dos pescadores do nosso Município, como disse muito bem o Deputado Adrian.

A pesca é pesca desde que o mundo é mundo. A Bíblia fala do pescador. Mas, a cada dia que passa, quanto mais a gente consegue desenvolver esforços, desenvolver a vida para melhorar, mais temos conseguido colocar o pescador artesanal numa situação difícil, frágil. Eu me refiro ao pescador artesanal, porque aos pescadores de pesca industrial tudo, aos pescadores de pesca artesanal nada.

Agradeço a presença do Ministério da Pesca. O Ministério tinha que estar aqui. A gente não sente, na verdade, os frutos, o reflexo da efetiva política de pesca



para o pescador artesanal. Os grandes barcos, os grandes empresários do ramo pesqueiro têm toda facilidade, como foi muito bem colocado pelo Marcelo.

Nós viemos aqui expor alguns problemas. O primeiro é a questão do uso da sardinha verdadeira como isca. Existe uma normativa do próprio Ministério da Pesca e Aquicultura segundo a qual não existe, no caso da pesca do dourado, substituto para a sardinha verdadeira. Ponto. O próprio Ministério reconhece que não há outro peixe que sirva como isca — lógico, existem outros, mas não são utilizados com a mesma eficácia. Mas para o grande empresário pode. Foi o que o Marcelo disse, os grandes barcos pesqueiros, que dão uma lançada do tamanho do Maracanã, podem utilizar a sardinha verdadeira, mas o pescador artesanal, que provavelmente pesca 1% da sardinha, não pode pescar por causa da questão do esforço. O primeiro ponto a ser colocado é esse.

Precisamos nos sentar e colocar o pescador artesanal — que, como eu disse, está aqui desde que o mundo é mundo — num papel de destaque. Hoje, a cada momento estão sendo convidados a se retirar do mar. Nós temos hoje pescador que não tem nenhuma vantagem. O filho de pescador não quer mais ser pescador, quer ser engenheiro, quer ser médico, quer ser advogado, porque Pescador só sofre.

Pescador é tratado igual a bandido. Pescador, em nossa cidade, está sendo tratado igual a bandido. Ele sai de noite e tem que voltar de madrugada, senão o IBAMA vai pegá-lo e prendê-lo. No último caso, que o Marcelo mencionou, um pescador foi pego, multado e escoltado até a terra sob a mira de fuzis. Era um trabalhador, um pai de família. Está certo que precisamos rever a questão da instrução normativa, mas eu acho que as normas têm que ser feitas para melhorar a vida das pessoas e não para cada vez mais prejudicá-las — como eu disse, hoje o pescador artesanal está sendo convidado a se retirar do mar.

Hoje, como eu disse, o interesse dos grandes empresários do ramo pesqueiro está fazendo isso com a pesca.

O segundo é pontual. Para quem não conhece, nas cidades vizinhas, como Barra de São João, Rio das Ostras, próxima a Campo dos Goytacazes, grande Município, os pescadores têm licença para a pesca de arrasto, que é a pesca do camarão sete-barbas.



O pescador de Macaé desde 2009 está tentando obter essa licença. O pedido foi protocolado no Ministério da Pesca e Aquicultura, mas os pescadores não conseguem resposta. O último Superintendente disse o seguinte: *“Olha, vocês protocolaram quando tinha outro Superintendente aqui. O Superintendente saiu. Agora vocês têm que entrar com outro processo.”*

Espera lá! Um órgão federal não ter um registro que passe de um superintendente para outro? Tem que iniciar novamente o processo? E os pescadores têm que ficar fugindo de novo do IBAMA porque não têm a licença de pesca que os pescadores têm nos Municípios vizinhos. Os pescadores da cidade não podem pescar.

Então, a gente vê um grande desinteresse por parte dos órgãos federais em melhorar, em resolver a vida dessas pessoas. Precisamos olhar com mais carinho, com um olhar realmente mais humano para essas pessoas que tiram dali o sustento de suas famílias. Precisamos melhorar esse ponto também.

Sabemos que existe uma grande campanha pela legalização da pesca. É o que todo mundo quer. Hoje viemos discutir aqui a questão do pescador, não do pescador de Macaé, mas do Estado do Rio de Janeiro. Tenho certeza de que o reflexo se dá em todo o País. Refiro-me à fiscalização.

Temos aí um grande esforço, uma grande campanha sendo feita pela fiscalização e legalização da situação dos pescadores. Os pescadores de que estamos falando aqui são pescadores que desde os 10 anos de idade são pescadores e hoje têm 50, 60 anos. São pescadores que há 50 anos estão fugindo do IBAMA. É desses pescadores que estamos falando.

Na verdade, há um estudo e uma proibição por parte do Ministério da Pesca e Aquicultura quanto a inscrever novas embarcações. Eles não podem melhorar suas embarcações. Esse é outro ponto que nós precisamos rever. Isso não existe. Um pescador que tem um barco de 10 metros, que vive na dificuldade com aquele barquinho e depois de 20, 30 anos trabalhando tem condição de melhorar o seu barco, aumentá-lo para 15 metros, com o que pode ir um pouco mais longe, não pode. Se ele mudar a característica do barco, esse barco não será registrado. Ele não pode melhorar nunca.



O sistema foi feito para acabar com a figura do pescador artesanal. Está claro. Nós precisamos ver essa questão. A fiscalização está aí. Como discutimos no Rio de Janeiro na presença do Ministro, precisamos, sim, fazer a fiscalização, mas que ela seja educativa.

Nós sabemos que os pescadores estão com o pedido de licença para a pesca de arrasto protocolada no Ministério da Pesca e Aquicultura desde 2009. E o fiscal vai chegar e multar, levar o barco, confiscar o pescado?

É preciso ter outro olhar para esse pescador e tentar atuar com medidas educativas antes das medidas punitivas, como está sendo feito, buscar a legalização da sardinha verdadeira como pesca também para o pescador artesanal. Esse é o ponto principal que viemos discutir aqui.

Também há a questão da licença. O caso da licença, como o Marcelo disse, é também muito complicado. A licença é expedida pelo Ministério da Pesca e Aquicultura. Diz ali que o tipo de isca é a isca viva. Só fala isso. Não tem mais nada de diferente. E, na verdade, quem utilizar a sardinha, que, como eu disse, é a única isca reconhecida, inclusive pelo Ministério da Pesca e Aquicultura, para a pesca do dourado, vai ser pego pelo IBAMA e vai ser multado.

Eram esses pontos que nós queríamos colocar. Agradeço a oportunidade, agradeço a todos os convidados, agradeço ao público, agradeço a você, Adrian, pela sensibilidade de nos ouvir e de trazer para esta Casa esse clamor, que não é só nosso, é dos pescadores de todo o Brasil, tenho certeza.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adrian) - Agradeço ao Vereador Welberth, Vou conceder a palavra ao Marcelo.

O SR. MARCELO PEREIRA DIAS DE MADALENA - Pegando o gancho do que falou o Vereador, ele falou que foi feito um cadastro em 2009. Na verdade, foi feito um cadastramento em 2009 das embarcações de pesca de arrasto em Macaé, quando o superintendente até então era o Sr. Jaime Tavares, que trouxe uma universidade para Macaé para realmente fazer o levantamento, fazer a pesquisa para ver se realmente Macaé fazia mesmo a captura do camarão sete-barbas — e encontrou-se, realmente, toneladas de camarão. Ele falou: *“Marcelo, tem muito camarão sete-barbas. Está cheio de barco de pesca de camarão”*.



Então, superintendente, é para o senhor ver que nós estamos sem permissão, mas o Município vizinho, como o Vereador acabou de falar, tem a permissão. E ao nosso Município, onde tem centenas de pescadores, essa permissão não chega.

Saiu o Superintendente Jaime Tavares e entrou outro que, desculpem-me, saiu-me até da mente o nome dele. Fizemos novamente o cadastro de setenta e poucas embarcações e a encaminhamos para o Ministério. Entrou o Sr. Antônio Emílio, superintendente que estava antes da Sueli. Fizemos novamente o cadastro. Encaminhamos de novo o cadastro com todas as embarcações de Macaé que fazem a pesca de arrasto de camarão, foi quando ele falou na reunião que nós fizemos na Assembleia que ele não tinha o documento, que era outro superintendente. E aí entregamos nas mãos dele, mas ele também não sabia onde colocar a documentação. Saiu o Sr. Emílio, superintendente — eu nunca vi trocar tanto superintendente na minha vida —, e entrou a Sra. Sueli.

Encaminhamos a ela a documentação e pedimos que a Prefeitura, o Secretário, assinasse e averbasse, comprovando que realmente no Município de Macaé se pescava camarão sete-barbas. E assim foi feito. O Secretário de Desenvolvimento Econômico assinou, e foram encaminhadas setenta e poucas embarcações para o Ministério. E aí eles falaram que houve um erro administrativo deles, porque eles não botaram data no processo. Voltou tudo novamente daqui de Brasília para o Rio. Pediram que fosse feito novamente o cadastro, e nós fizemos. E até agora nada, como o Boca falou — desculpe-me, pois estou acostumado a falar o "nome de guerra" do Jocimar.

Mas estamos só aguardando, aguardando. Quando essa permissão vai chegar? Já trocaram quatro superintendentes. Já fizemos, se não me engano, quatro ou cinco cadastros com tudo: nome do pescador, título do barco, registro da Marinha, carteirinha do pescador — que é a carteira da SEAP, que agora é o Ministério da Pesca, o MPA. Mas essas abençoadas permissões não chegam.

Se os senhores quiserem ver, a permissão que é emitida pelo órgão competente está aqui: é isca viva, para fazer a captura de todos esses tipos de peixes. Mas não diz aqui que é proibida a captura da sardinha verdadeira; só diz que pode com a isca viva. E se a sardinha é um peixe vivo, está na tina, é uma isca viva.



Não é uma isca para a gente pescar? E aí é o que acontece com as nossas embarcações.

Eram só essas colocações que eu queria fazer para vocês.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adrian) - Já houve a exposição pelo presidente da colônia de pescadores, o Marcelo. Nossos Vereadores também falaram sobre o drama dos pescadores. Agora nós vamos ouvir o Ministério da Pesca através do Sr. Clemerson José Pinheiro da Silva, Diretor do Departamento de Registro da Pesca e Aquicultura.

O SR. CLEMERSON JOSÉ PINHEIRO DA SILVA – Boa-tarde a todos.

Boa tarde, Sr. Deputado Adrian; Marcelo, Presidente da Colônia de Pescadores de Macaé; Jair, Coordenador de Fiscalização do IBAMA, Vereadores Welberth e Jocimar.

O Ministério da Pesca tem competências muito bem definidas na legislação com relação ao tratamento e uso dos recursos pesqueiros.

É bom que deixemos claras aqui algumas questões: o recurso pesqueiro, enquanto componente do nosso ambiente, é um componente da fauna brasileira que tem um tratamento diferenciado por ter seu uso permitido, mas ele não deixa de seguir as regras e os critérios definidos para o uso de um recurso ambiental. Então, ele tem de seguir algumas regras, algumas normas, alguns critérios para que ele se mantenha enquanto recurso ambiental e recurso econômico.

Então, o recurso ambiental tem finitude. Ou seja, há limites para que ele possa ser usado, explorado, explotado. Então, para que seja mantido num padrão de sustentabilidade que garanta o exercício da atividade e, conseqüentemente, a sustentação econômica, ele tem que seguir algumas regras.

Então, a lei estabeleceu uma competência que remete conjuntamente responsabilidades ao Ministério da Pesca e ao Ministério do Meio Ambiente. Então, as regras que são colocadas para o uso de recursos pesqueiros não são regras do Ministério da Pesca; são regras do Ministério da Pesca e do Ministério do Meio Ambiente. Algumas normativas que estão em vigor relacionadas ao ordenamento não são exclusivamente do Ministério da Pesca. Existem algumas que são do IBAMA, porque, na época em que foram editadas, a competência exclusiva do IBAMA.



Depois da criação do Ministério da Pesca, com a Lei nº 11.958 e a definição da Lei da Pesca nº 11.959, a responsabilidade pela definição das regras de uso de recursos pesqueiros passou a ser conjunta, entre os dois Ministérios. Então, as regras definidas para o uso dos recursos pesqueiros são de responsabilidade do Ministério da Pesca e do Ministério do Meio Ambiente.

Como eu falei no início, o recurso pesqueiro é um recurso ambiental. Não podemos deixar de observar esse ponto. Então, regras relacionadas ao meio ambiente fazem parte do conjunto de discussões sobre o uso do recurso.

Outro aspecto que precisamos considerar é com relação à competência do Ministério para definir regras de permissionamento. Trata-se de competência exclusiva do Ministério da Pesca, mas nenhuma regra de permissionamento pode deixar de observar as regras de ordenamento.

Então, quando uma normativa estabelece critérios de permissionamento para determinada frota, ela não pode deixar de observar o que está definido na regra de ordenamento que foi feita conjuntamente pelo Ministério da Pesca e pelo Ministério do Meio Ambiente.

Quando sai uma permissão de pesca, ela nada mais é do que o espelho do que está definido na INI — Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 2011, que definiu as regras para o permissionamento da atividade pesqueira marinha.

Então, o que tem nessa autorização de pesca é um espelho do que está definido na INI. O Ministério da Pesca não cria nenhuma condição a mais do que está definida aí, a não ser observar o que está definido na INI com relação à modalidade de pesca, método de pesca, espécie alvo, espécies da fauna acompanhante, espécie da pesca incidental. Se não me engano, são essas que estão relacionadas aí. Alguma observação que necessite ser feita, ela tem de estar definida em ato normativo. A gente não cria regra. A gente não pode definir se pode ou não capturar determinada espécie na condição A ou B.

Com relação à isca viva, existe uma normativa. Não vou entrar no mérito, Marcelo, sobre se é justo ou não levar em consideração a condição do armador de pesca industrial ou do pescador artesanal. Eu estou apenas colocando o que está definido e refletido na permissão que você tem nas mãos. Existe uma normativa que



proíbe a captura de sardinha verdadeira para fins de isca viva, que é permitida somente a frota atuneira permissionada para esse fim.

A frota que captura o dourado, conhecida também como Itaipava, vem pleiteando há algum tempo o uso da sardinha como isca viva. Eu não vou entrar no mérito ou fazer uma discussão sobre se a isca viva é uma condição específica para a captura do dourado ou não, pois, enquanto técnico, eu tenho os meus questionamentos. Mas eu vou dizer que é preciso que o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Pesca discutam esse problema, estabeleçam um ato normativo permitindo que a frota de Itaipava ou a frota douradeira utilize a sardinha como isca viva para a gente poder permissionar. Enquanto isso, nós não podemos...

O SR. MARCELO PEREIRA DIAS DE MADALENA - Só um aparte, por favor. Aqui diz: "*Ministério da Pesca e da Aquicultura. Registro Geral de Atividade de Pesca*". Como o Ministério emite uma permissão para a gente pescar com isca viva e, como o senhor acabou de dizer, não diz se pode ou não a sardinha? Para nós, na ignorância do pescador, aqui está dizendo que é isca viva, espécie alvo Dourado. E é essa a sardinha que nós pescamos. Em momento algum diz que não podemos.

Antes dessa permissão, nós tínhamos uma permissão que é a de cerco, mas estava lá: "(...) *exceto a sardinha verdadeira*". Estava bem frisado: "*Proibida a sardinha verdadeira*." Essa aqui, que o Ministério emite, não diz. E aí o pescador tem que pagar o erro do próprio Ministério? Uma multa de 140 mil, como o pescador vai pagar uma multa dessa? Tem que ser refeita, se a própria permissão é dada pelo Ministério.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adrian) - Marcelo, só 1 minuto. Você e o Vereador vão anotando as suas perguntas, para, no final da fala dele, a gente iniciar o debate. Pode continuar.

O SR. CLEMERSON JOSÉ PINHEIRO DA SILVA - O permissionamento, como falei anteriormente, nada mais é do que um espelho que está definido na IN nº 10, de 2011, e o Ministério da Pesca apenas transcreve o que está defendido em cada modalidade, em cada linha que está ali classificada com relação ao método de pesca, espécie alvo, fauna acompanhante, pesca incidental e pesca complementar, quando é o caso.



Então, o Ministério da Pesca apenas transcreveu o que está lá. Se existe a falha na IN nº 10, vamos corrigi-la. Mas foi uma transcrição do que está lá, e a gente apenas colocou o que a normativa define.

Com relação ao camarão sete-barbas, estranha-me que a mudança de surpreendente demanda novo processo, porque o protocolo do Ministério da Pesca é único e, então, não se perdem os registros.

Não existe esforço em relação ao sete-barbas definido por número de embarcações, mas sim de características das embarcações.

A gente faz uma avaliação quanto ao cumprimento da embarcação, arqueação bruta e motorização. Isso a gente aplica numa equação chamada "PPA", que é o Poder de Pesca de Arrasto. Essa PPA não pode ultrapassar 200. No composto das características das embarcações relativas a esses itens, quando a gente faz a multiplicação e a soma desses fatores, a gente obtém um número que não pode optar para 7.200. Se a embarcação se enquadrar dentro desses 200 PPAs, ela é permissionada sem problema.

Existia uma situação com relação ao camarão-rosa. Fizeram um recadastramento que definiu uma data limite para apresentação de documentação. Ele também não definiu esforço, só fez um recadastramento e fixou uma data para que fossem apresentados os documentos referentes àquele recadastramento e à emissão de uma nova permissão. Mas nós estamos agora, neste momento — e semana passada saiu uma instrução normativa —, já redefinindo um novo prazo para a inscrição tanto para o camarão-rosa quanto para o sete-barbas.

Com relação a essas 74 embarcações que você relatou, Marcelo, eu pediria que você me enviasse a documentação e a relação dessas embarcações, porque eu vou procurar saber a situação de cada uma para tentar regularizar a situação desses barcos lá de Macaé.

Existia uma situação lá no Norte Fluminense — eu até participei de audiência com pescadores, Prefeitos e Vereadores da região — quando saiu a primeira instrução normativa, que definia somente o cumprimento da embarcação como limite. Não sei se você lembra que eram 9 metros inicialmente. Mas, pelo fato das características oceanográficas, ambientais e das condições de atracamento das embarcações lá do Norte Fluminense, essa situação foi mudada e foi definido até 12



metros. Posteriormente, foi feita a definição pelo PPA para limitação do esforço a ser aplicado ao camarão sete-barbas na região.

Com relação ao registro inicial, existe realmente uma demanda reprimida muito grande, que não é um privilégio do Rio de Janeiro, mas do Brasil inteiro. Nós estamos fazendo um mutirão — o Rio de Janeiro, por coincidência, é o próximo — para regularizar todos os pescadores que estão nessa condição de registro inicial e não receberam a carteira.

Destaco que a carteira de pescador é o documento que permite a atividade de pesca. Então, o cidadão só pode iniciar a atividade depois que for autorizado pelo Ministério da Pesca, através do Registro-Geral da Atividade Pesqueira.

Eu sei que existem situações, Vereador, do ponto de vista social, que a gente tem que considerar. Eu leio muito sobre pesca, principalmente sobre a pesca artesanal, e a gente sabe que o mar, o rio, o estuário, muitas vezes são o último recurso do cidadão. Ele não tem alternativa na vida a não ser buscar a sua sobrevivência e o seu sustento ali no que a natureza oferece. E a pesca é o reduto a que grande parte dos cidadãos brasileiros recorre para tirar o seu sustento. Mas ela é uma atividade autorizada. Nós estamos tratando de um recurso que é um bem público, um bem da União, que é ordenado e tutelado pelo Estado. Então, a gente tem que definir algumas regras de uso, e uma das regras é: para que se tenha acesso, é preciso que o cidadão seja previamente autorizado.

Então, o cidadão tem o direito de pescar, mas ele tem que cumprir as regras que estão definidas na legislação. Para que ele possa exercer a atividade, ele tem que estar autorizado pelo órgão competente, que, no caso, é o Ministério da Pesca.

Existe essa demanda reprimida, e o Ministério da Pesca — mais especificamente o departamento que eu dirijo — compromete-se em fazer esse mutirão. Nós estamos tratando no departamento desse mutirão do Rio de Janeiro, onde nós vamos fazer uma força-tarefa para que técnicos de Brasília junto com os do Rio de Janeiro deem vazão a esse acúmulo que existe de solicitação e registro inicial lá na Superintendência.

O que eu teria a dizer era isso. Eu fico à disposição para qualquer esclarecimento ou qualquer dúvida que vocês necessitem em relação ao registro da atividade pesqueira ou a outras questões do Ministério da Pesca.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Adrian) - Agradeço ao Sr. Clemerson José Pinheiro da Silva e passo agora a palavra ao Sr. Jair Schmitt, Coordenador-Geral de Fiscalização Ambiental do IBAMA. O senhor tem 20 minutos.

O SR. JAIR SCHMITT - Boa tarde, Deputado Adrian, Diretor Clemerson, Marcelo Pereira, representante aqui da colônia dos pescadores, Vereadores Welberth e Jocimar do Rio de Janeiro. É sempre uma oportunidade para o IBAMA estar se comunicando neste ambiente da Câmara dos Deputados, a Casa por excelência democrática do Brasil, e obviamente é uma oportunidade também para esclarecer algumas atuações da instituição em relação à fiscalização ambiental. Então, a gente reconhece a iniciativa desta audiência por conta desta oportunidade.

Eu peço autorização para me posicionar ali à frente. Vou fazer uma breve apresentação e acho que fica até mais viável para a gente.

Senhoras e senhores, na verdade, a gente fez uma breve apresentação aqui. O objetivo é coadunar a pauta proposta pelo Deputado em relação a alguns conflitos de competência de fiscalização, e obviamente a gente vai rebater alguns elementos propostos pelo colega Marcelo e pelos Vereadores em relação à atividade de fiscalização ambiental e ao contexto específico do Rio de Janeiro.

(Segue-se exibição de imagens.)

Primeiramente, em relação à competência de fiscalização — eu não quero me ater muito aos textos legislativos, acho que a gente perde um pouquinho o foco — é importante esclarecer que a Lei 9.605, no art. 70, define o que é uma infração administrativa que os órgãos ambientais devem apurar e estabelece claramente quem é o órgão competente para apurar, ou seja, para fiscalizar e estabelecer as sanções administrativas para as infrações ambientais. Nesse contexto específico, ela diz que “*são autoridades competentes para lavrar auto de infração*”, enfim, fazer atividades de fiscalização, “*os órgãos integrantes do SISNAMA — Sistema Nacional de Meio Ambiente*”, e, obviamente, a Lei também trata da Capitania dos Portos, até pelo contexto legislativo à época, 1998, isto é, da importância da atuação da Marinha na zona costeira, no mar brasileiro.

Outra coisa importante que a gente tem que destacar é que a autoridade ambiental que tiver conhecimento de infração ambiental é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante processo administrativo próprio, sob pena de



corresponsabilidade. Então, existe uma responsabilização dessas autoridades que a Lei ali estabelece.

Mais adiante, quem são os órgãos do SISNAMA que devem fiscalizar? Sobre esse arcabouço legal, os órgãos do SISNAMA hoje, conforme estabelecido na Lei nº 6.938, de 1981, com as devidas alterações, do ponto de vista federal, que são competentes para fiscalizar: IBAMA e Instituto Chico Mendes. O Ministério da Pesca detém algumas competências de fiscalização relativas aos seus atos administrativos: *(ininteligível)*, a questão do permissionamento, RGP. Tem uma estrutura legal específica. Então, nesse contexto, tanto o IBAMA quanto o ICMBio, os órgãos estaduais do meio ambiente, especificamente o INEA no Rio de Janeiro, os órgãos municipais do meio ambiente, de que os Vereadores da Câmara fazem parte, também têm competência para tratar de fiscalização ambiental.

A Lei Complementar 140 é mais recente o assunto, é de 2011. Ela deixa bem claro que, apesar de a fiscalização na Constituição Federal — os arts. 23 e 24 tratam de alguns assuntos — ser competência comum aos entes federativos, e há decisão do Superior Tribunal sobre esse assunto, rebatendo o IBAMA, ela dispõe que compete à União:

“Art. 7º.....

XIII - exercer o controle e fiscalizar as atividades e empreendimentos cuja atribuição para licenciar ou autorizar, ambientalmente, for cometida à União;”

E, mais adiante, aquilo de que eu já havia tratado anteriormente. O Ministério da Pesca, principalmente da sua criação, a partir de 2009, além do que já foi explicado pelo Diretor, diz que hoje o ordenamento da pesca não é mais do IBAMA, na verdade, é um ato conjunto do Ministério da Pesca com o Ministério do Meio Ambiente, mas existem normas remanescentes, até que elas sejam atualizadas ou não, dependendo da necessidade. Isso é ato conjunto. O Ministério da Pesca, em alguma medida, tem atribuições de fiscalização relativas às suas atividades, mas obviamente isso não isenta nem desautoriza o IBAMA, conforme previsto no § 12 dessa mesma lei, a atuar em fiscalização ambiental.

Por último, que eu acho desnecessário, trata das competências específicas do IBAMA. Eu acho que vou sair um pouquinho desse mérito. Enfim, de maneira



geral, a competência da atuação e o dever de atuar existem, claro, ratificados na legislação. Em relação a isso, parece-nos que não há controvérsias. E como o IBAMA trabalha sistematicamente nesse assunto? Existe um processo de planejamento de trabalho, focado nas necessidades de fiscalização ambiental, que se dá anualmente. Dentre as atividades previstas para fiscalização obviamente estão a de pesca, a de fauna, a de flora, e assim por diante.

Sobre o contexto específico do Rio de Janeiro, a gente tem recebido muito apoio e até mesmo demanda da Marinha do Brasil nessa atuação em alto-mar, até pela infraestrutura disponível.

Em alguma medida, o que nos deixa satisfeitos e felizes aqui quanto aos questionamentos da audiência pública é que o IBAMA está sendo arguido e questionado em relação à sua atuação, ou seja, ele atuou em outros momentos, até mesmo pelo déficit da administração pública. Não existe hoje órgão no País que não tenha déficit de pessoal, de recurso, de material, e assim por diante, mas normalmente, às vezes, ele é questionado pela ausência de atuação. Então, esse é talvez o lado que traz alguma satisfação de dever cumprido em relação à atividade de fiscalização ambiental.

Das atuações que o IBAMA promove, das medidas de fiscalização, o Decreto nº 6.514, de 2008, estabelece valor de multa, sanções, apreensão e todo o rito do procedimento de apuração dessas sanções administrativas. Obviamente o contraditório ou a ampla defesa do cidadão que foi autuado é inegável, nem poderia ser diferente, senão não seria legítima essa atuação.

E o que é mais comum, principalmente nesse contexto do Rio de Janeiro, que a gente tem observado? O art. 37 desse decreto diz:

Art. 37 Exercer a pesca sem prévio cadastro, inscrição, autorização, licença, permissão ou registro do órgão competente, ou em desacordo com o obtido:

Multa de R\$3.000,00 (três mil reais) a R\$10.000,00 (dez mil reais), com acréscimo de R\$20,00 (vinte reais) por quilo ou fração do produto da pesca (...)"

E rapidamente tive aqui a felicidade de identificar... O Marcelo inicialmente apontou um cidadão, Adriano dos Santos Silva, que foi autuado em 6.900 reais, no



dia 18 de março. Por que a autuação dele foi de 6.900 reais? Ele exercia a pesca de 330 quilos de peixes, na embarcação Deus, Milagres, inscrição número tal, sem a devida licença ou em desacordo com a do órgão competente. Trezentos e trinta quilos de peixe vezes 20 reais são 660 reais, mais os 300 reais que o IBAMA tem por prática aplicar em algum contexto, principalmente no contexto do pescador menor, com menos estrutura, cuja embarcação não é grande. Essa é a multa mínima, que vai de 300 a 10 mil reais. Então, 6.600 reais mais 300 reais, são 6.900. É de onde advém o cálculo das infrações ambientais decorrentes desse tipo de conduta e atividade.

Então, a instituição não tem e não pode fazer diferente porque ela está sob esses auspícios legais. Não há como fazer diferente, a não ser que se mude a lei, e assim por diante. Tem outras questões por trás disso. Então, obviamente, a gente teria uma preocupação muito grande, Marcelo, se o IBAMA não estivesse cumprindo esse dispositivo. Obviamente seria uma irregularidade da instituição. Mas sistematicamente, nesse enquadramento — existem outras infrações ambientais relacionadas à pesca —, inevitavelmente ele vai recair nessas infrações ambientais. Há aqueles valores gigantes que normalmente estão associados a um valor enorme de pescado irregular na embarcação.

Só um detalhe último. O que a legislação determina ali no parágrafo único?

“Art. 37

Parágrafo único. Caso a quantidade ou a espécie constatada no ato fiscalizatório esteja em desacordo com o autorizado pela autoridade ambiental competente, o agente atuante promoverá a autuação considerando a totalidade do objeto da fiscalização.”

O que diz isso? Não é o IBAMA que está dizendo isso. O decreto não é o IBAMA que faz. E o decreto, na verdade, advém de um comando da lei. Naqueles casos em que parte do pescado está irregular e em que se estiver pescando irregularmente, objeto e apreensão é tudo. Não há como fugir disso. Então, essa é tarefa do agente atuante. Se ele não fizer, ele será responsabilizado por prevaricar. É ele que vai preso. Aí, sim, vêm a cadeia e a multa administrativa. Essa é uma preocupação nossa muito grande.



Vamos avançar em alguns outros pontos importantes. Depois, a gente vai considerar aqui o debate e tudo o mais. Obviamente o IBAMA se solidariza com a questão dos pequenos produtores. Eu acho que a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca é uma iniciativa importante, para termos um olhar diferenciado da pesca no País, com sustentabilidade, não tenho a menor dúvida disso. Mas é tarefa do órgão ambiental, no exercício do poder de polícia, executar, e executar bem, o seu poder de polícia, porque senão ele é quem será responsabilizado por omissão, negligência e tantas outras infrações, de que às vezes a gente vê os órgãos públicos serem acusados.

Em relação — ajude-me um pouco aqui, Marcelo — a esse permissionamento que o senhor apresentou há pouco: alguém foi autuado por esse permissionamento específico?

O SR. MARCELO PEREIRA DIAS DE MADALENA - Como o senhor acabou de dizer, existe uma parceria entre o Ministério da Pesca e o Ministério do Meio Ambiente, que é o IBAMA. Mas aí ele diz: “*Em acordo e desacordo*”. Mas, se vocês trabalham em acordo e o Ministério emite uma permissão, como o pescador é autuado se o próprio agente do IBAMA diz que não reconhece isso como permissão, que isso aqui não vale nada? Por isso, ele foi multado; seis mil e pouco são da sardinha.

O SR. JAIR SCHMITT - Era essa a permissão?

O SR. MARCELO PEREIRA DIAS DE MADALENA - Essa é a permissão.

O SR. JAIR SCHMITT - Leia, para mim, a data de validade dela.

O SR. MARCELO PEREIRA DIAS DE MADALENA - Não, essa aqui é só um modelo. Ele está em dia.

O SR. JAIR SCHMITT - Não, leia, por favor, a data de validade dela.

O SR. MARCELO PEREIRA DIAS DE MADALENA - Eu só trouxe o modelo. O senhor quer rever o que está na minha mão? Eu trouxe um modelo para mostrar. Mas, olhe só, o que foi autuado está lá. Toda a documentação está junto ao IBAMA, onde se recorreu, e junto ao Ministério. A permissão está em dia. Não havia permissão ilegal. Esta aqui não é dele, não. Eu trouxe um modelo. Essa aqui não é dele, não.

O SR. JAIR SCHMITT - Que bom, que bom! Menos mal.



O SR. MARCELO PEREIRA DIAS DE MADALENA - Eu só trouxe um modelo para o senhor ver a permissão que eles emitem. É só um modelo.

O SR. JAIR SCHMITT - De qualquer forma, Marcelo, tem diversas embarcações, diversas mesmo, nesses processos de autuação.

O SR. MARCELO PEREIRA DIAS DE MADALENA – Diversos, mas não foi ela.

O SR. JAIR SCHMITT - Só para concluir.

Se alguém depois quiser constatar — eu tenho até um gráfico que acho não está na apresentação —, existem diversas autuações ambientais justamente porque o permissionado está com a permissão vencida. Nesses casos, não tem o que fazer, está em desacordo.

Em relação à questão da isca viva, a tarefa do IBAMA é cumprir e fazer cumprir a norma. Não tem como ser diferente. Como eu falei, se o IBAMA não fizer isso, ele vai ser acusado por omissão e por todos os outros eventos da administração pública. Agora, eu vou ler aqui explicitamente o que é falado em relação à questão da isca viva. O Diretor Clemerson tinha até iniciado essa exposição, essa explicação.

A Instrução Normativa nº 16, de 2009, trata do seguinte:

“Art. 1º Permitir a captura da sardinha-verdadeira (Sardinella brasiliensis) de comprimento total inferior a dezessete centímetros, exclusivamente às embarcações permissionadas para a captura de atuns e afins pelo sistema de vara de anzol com isca viva, para uso próprio, unicamente como isca viva — isso quer dizer que não autoriza o comércio de isca — (...) na área compreendida...”

Aqui estão as coordenadas. Se alguém quiser consultar, fique à disposição. Ou seja, quando o IBAMA exerce a atividade de fiscalização ambiental e pega o permissionamento, tudo bem, fala-se em isca viva, mas existem as iscas vivas muito bem explícitas que podem ou não ser estabelecidas.

Há uma exceção lá no art. 3º, que trata de uma situação diferente:



“Art. 3º Proibir, em qualquer época do ano e em qualquer área, a captura, a estocagem, o armazenamento, o transporte em tinas e a comercialização da sardinha-verdadeira (...) abaixo do tamanho mínimo de dezessete centímetros (...)”

Ou seja, a exceção é justamente para o atuneiro e afins pelo sistema de vara anzol. Se tem alguma licença diferente, alguma situação diferente, o IBAMA não pode se responsabilizar por ela, ele tem que fazer cumprir a norma. E eu acho que o salutar, Marcelo e Vereadores, é esta iniciativa da audiência de discutir e tratar desse assunto, esclarecer e abordar esses elementos.

Por último, eu acho que uma coisa importante — e aí falo um pouco por mim também, porque eu tenho formação em educação ambiental e hoje sou responsável pela fiscalização ambiental do IBAMA — são as medidas educativas, aquilo que às vezes a gente chama de educação ambiental, e outras medidas, que são extremamente importantes. Na sociedade, a gente induz o comportamento de duas formas: uma pelo desestímulo, que normalmente remete ao castigo, seja o administrativo, a punição criminal e outras; e a outra pelo estímulo, pela indução de comportamento preventivamente, quando se antecipa a questão executória do permissionamento.

Então, acho que é salutar avançar nessas medidas educativas, mas antes de se iniciar a temporada de determinados pescados, e assim por diante. Eu acho que são medidas importantes. Acho que o próprio Marcelo, como Presidente da colônia nesse processo de articulação, seja na Câmara, seja com as autoridades que têm gestão sobre o assunto, e de promover a educação é extremamente importante.

Agora, a atividade de fiscalização ambiental não pode se ausentar, até porque senão o servidor público é responsabilizado por isso. Certamente, eu ficaria mais preocupado ainda se o IBAMA não estivesse agindo, não estivesse trabalhando, dadas as próprias limitações ou toda a dificuldade operacional que às vezes existe.

Com isso, eu concluo a minha fala, coloco-me à disposição e espero que a gente possa ter um bom encaminhamento desta audiência.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adrian) - Agradeço ao Sr. Jair Schmitt.



A partir de agora, vou abrir espaço para todas as perguntas aos nossos expositores. Vocês vão anotando e depois respondem a todas de uma vez só.

Primeiro, o Sr. Marcelo. O senhor tem alguma pergunta? Fale para quem é e seja objetivo nas perguntas.

O SR. MARCELO PEREIRA DIAS DE MADALENA - Como vocês puderam observar na fala dele, a permissão tem dois pesos e duas medidas, melhor dizendo, o Ministério libera, o IBAMA vai lá e prende. Se eles trabalham em concordância, como pode o Ministério dar uma permissão que não vale nada junto ao IBAMA? Acabamos de ouvir aqui que eles trabalham em concordância. Antes, era competência só do IBAMA, hoje, é do Ministério e do IBAMA. E ele citou toda essa questão.

Este aqui é só um modelo que eu peguei, porque a colônia tem o cadastro de todos os pescadores. E, na ficha de um pescador, que não tem nada a ver com embarcação, (*ininteligível*), eu peguei um modelo para chegar aqui e saber do que eu estava falando. Este aqui é apenas um modelo. Mas o barco que foi autuado estava em dia e o processo dele está no IBAMA e no Ministério da Pesca, com a permissão devidamente legalizada. E, quando a permissão atrasa, não é culpa do pescador, porque a colônia encaminha para o Ministério da Pesca, é paga a taxa, mas quem demora a retornar ou a emitir a permissão é o Ministério da Pesca. No entanto, o pescador não pode parar de pescar, esperar um mês, dois meses, um ano, até a que a permissão venha do próprio Ministério. Se pagou a taxa, preencheu o formulário, a gente encaminha para o Ministério da Pesca e fica aguardando receber um protocolo, como é feito na Marinha quando a gente vai cadastrar um barco. A gente vai lá, leva toda a documentação, ela é cadastrada, eles protocolam o documento e dão um documento para o cara trabalhar, até que venha o documento definitivo.

Como o Sr. Jair colocou, realmente o IBAMA fez o papel dele. Aqui, em momento algum, a gente está crucificando o IBAMA. O IBAMA está trabalhando e fazendo a parte dele. Mas estamos crucificando também a maneira como os agentes do IBAMA se comportam e abordam os pescadores, porque nós, pescadores, não somos marginais, não, nós somos trabalhadores. Somos homens do mar, guerreiros do mar. Então, os agentes têm que ter também um pouco mais de educação. Como



ele falou, nós temos que fazer também com os pescadores, na área do meio ambiente, a parte educativa que também tem que ser feita com os agentes do IBAMA. Como se pode abordar um trabalhador, um pai de família, com arma na mão, com fuzil, e trazê-lo para a terra? O cara está trabalhando, não está roubando nada de ninguém, está no mar que Deus nos deu para trabalharmos.

E fica esta pergunta: existem dois pesos e duas medidas? A gente não entende. Como ele acabou de dizer, para as embarcações industriais tem tudo, tem permissão, pode pescar na época de defeso, pode pescar tudo, mas, para o pescador artesanal, que pega pequena quantidade, falando diretamente dos barcos que pescam com linha, que pegam quantidade pequena só para a captura de outros tipos de peixe que não são para comércio, não pode pescar? Mas a permissão que é emitida não diz que ele não pode.

E aí eu pergunto a vocês: o pescador tem leitura, ele sabe as normativas: *“Ah, essa permissão que estão dando não vale de nada, não”*. Foi isso que o agente do IBAMA falou. Aí a gente fica, assim, meio de mão amarrada.

Eu estou falando aqui para vocês fazerem uma reflexão sobre o que acontece com os pescadores, porque, às vezes, a gente tem pouco entendimento. Não temos totalmente o entendimento, mas também não somos totalmente tapados, para não saber o que é o certo e o que é o errado. Sabemos que os pescadores têm que ser educados na área ambiental, tem que ter essa área educativa. Mas os agentes também não têm que ter? Tem que chegar e abordar os pescadores com fuzil, com arma? Lá tem chefe de família trabalhando, não tem ninguém roubando nada de ninguém, não. Isso eu falo e provo, porque os pescadores estão lá. Ele falou que eles vão a qualquer lugar, e têm o nome do agente, eles têm tudo. Isso foi uma coisa muito grave, porque os pescadores foram muito humilhados e se sentiram muito desprezados pelas autoridades que lá estavam presentes fazendo o seu trabalho também na hora em que foram autuar as embarcações.

Mas novamente eu repito e pergunto a vocês: para que vale esse papel? Para que vale esse certificado? Para que vale? Por que o Ministério dá uma permissão para que os nossos barcos possam pescar, fazer a captura dos seus pescados, se, no momento em que o IBAMA chega, fala que não vale nada e que vai preso? E vai preso tudo o que está dentro do barco, o pescado... Entendeu? E os pescadores



passam por aquele momento difícil, ficam envergonhados perante as suas famílias, perante os seus amigos, porque eles são trazidos de volta para terra escoltados por uma corveta, e, quando não é corveta, é barco do IBAMA, que é apoiado pela Marinha que está fazendo o seu papel. Mas eu acho que também tem que ter um pouco de respeito pelos pescadores. Nós, pescadores, não pedimos nada a ninguém. Nós só queremos o nosso espaço para trabalhar. É isso o que nós queremos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adrian) - Vereador Jocimar Gomes, o senhor tem alguma pergunta?

O SR. JOCIMAR GOMES DE OLIVEIRA - Mais uma vez, eu quero fazer uso da palavra aqui na audiência pública, Presidente Adrian, nosso Deputado Federal.

É o seguinte: o Sr. Clemerson falou que, quando sai um Superintendente e entra outro, ele tem que dar continuidade ao trabalho dele. E eu, como Presidente da Comissão, fiz o ofício, através do meu gabinete na Câmara Municipal de Macaé, à Superintendente de Pesca do Rio de Janeiro, que marcou audiência com a gente lá no seu gabinete, na Ponte Rio-Niterói — ela tinha mudado de setor, saiu do Centro do Rio e foi para Niterói —, e o Deputado Federal Adrian estava com a gente.

Olha que falta de respeito da Superintendente, Sr. Clemerson! O senhor acabou de falar que, quando sai um, tem que dar continuidade e pegar o trabalho do outro. O que ela fez? Na hora em que ela recebeu a gente, às 16 horas, marcado — porque nós cumprimos e levamos os pescadores —, ela procurou um técnico para falar com ele, e não tinha um técnico mais na Superintendência. Todo mundo já tinha ido embora. Foi falta de respeito com o Deputado, que estava presente. Ela falou assim: *“O Ministro falou que era para atender ao senhor, Deputado, junto com os Vereadores da Comissão de Pesca”*. A gente se sentiu, naquele dia, ofendido. E eu cobre do Ministro lá em Macaé. E a mesma coisa eu venho falar aqui com o IBAMA.

Nós queremos o seguinte: que eles autuem o pescador, levem o pescador até o cais, mas de forma digna, com respeito, educando, sem botar o fuzil na cabeça do pescador, no barco do pescador, porque eu acho que é muito covarde fazer isso com os nossos pescadores. O meu sogro é pescador, sustenta os netos, tem filhos que são pescadores. E a gente vem amarrando. E a gente fica aqui... São dois



órgãos competentes, o Ministério da Pesca e o Ministério do Meio Ambiente, para defender o quê? O interesse dos nossos pescadores.

Então, a gente pede aos dois órgãos, Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Pesca, para que olhem com mais atenção os pescadores e à D. Sueli para dar mais atenção aos pescadores e responder os nossos ofícios, os pedidos dos pescadores. Coitado do Presidente da colônia! Ele sofre para chegar até Niterói, através de nós Vereadores, ajudando, cedendo carro. E, quando eles chegam lá, são recebidos com carinho, mas a resposta custa a chegar.

É como eu falo, Presidente Adrian. Eu fui Diretor do Estádio Cláudio Moacyr, o Moacyrzão, de Macaé, em 2010, quando assumi. Em 2012, quando eu saí, porque eu ganhei a eleição, eu fui lá e entreguei ao novo Diretor o computador com a relação de como é feito com as Federações, de como o Flamengo paga, o Vasco paga, o Fluminense paga para jogar aqui. É isso que tem que fazer. Um diretor, quando sai, tem que passar certo para o outro. Não é sair e largar. Isso não era resposta para ela dar para a gente, Sr. Clemerson. Ela tinha que chegar para a gente e falar: *“Olha, vou procurar a fundo, ver onde estão os documentos de vocês, para resolver.”* Aí a gente tem que correr atrás dos pescadores tudo de novo, lá na colônia, para fazer um novo cadastramento.

Então, a gente pede, mais uma vez, o que o senhor pediu ao Marcelo: para encaminhar ao senhor toda a documentação. Nós vamos fazer esses registros dos pescadores através do Deputado Adrian, que é o Presidente aqui da audiência pública, porque eu tenho certeza de que o nosso Deputado vem fazendo um trabalho em defesa dos pescadores. E nós, Vereadores, estamos lá na Câmara cobrando dele! A gente vai para cima dele. Eu ligo para o gabinete dele. A turma me chama de enjoado. Quando eu estou na rádio, eu ligo para o gabinete dele: *“Olha, Deputado, nós estamos aqui na rádio, falando da pesca. Nós estamos aqui. O Ministro esteve aqui, certo?”*. Eu vou à rádio. Na quinta-feira, eu vou à rádio de novo, vou falar desta audiência pública e do que nós estamos falando aqui hoje, para mostrar para os pescadores que nós estamos em defesa deles, para levar o melhor para o pescador.

Então, eu peço ao Dr. Jair, ao Dr. Clemerson, Diretor, que façam um entendimento mais rápido e peçam aos nossos agentes, que estão no mar com a



lança maravilhosa, nova, que ganharam do Ministério da Pesca lá em Macaé, que não autuem covardemente chamando os nossos pescadores de bandidos ou levando-os até o cais com fuzil na cabeça. Tratem-nos com carinho e com educação, porque nós vamos cobrar da mesma forma. E nós vamos vir aqui de novo. Se houver outra audiência, nós vamos vir aqui.

Nós íamos trazer um ônibus de pescadores, mas, infelizmente, porque os pescadores estavam no mar, nós não tivemos como convocá-los para trazê-los aqui, pois o Deputado marcou a audiência muito rápido, por causa da Copa do Mundo. Mas nós tínhamos que falar com o Deputado. Eu falei com o Marcelo, falei com a Secretária de Pesca, representada aqui pela Liliane, que eu ia trazê-los. Eu ia bancar um ônibus para vir aqui. São 19 horas de Macaé até aqui de ônibus. E o Deputado falou: *“Dorme lá no meu apartamento”*. Mas nós nos reunimos com os pescadores lá, com o Marcelo, com a colônia, com a Associação, e pedimos para deixar para a próxima audiência, senão isso aqui ia estar lotado de pescadores. Mas, se não houver uma posição aqui, nós vamos trazer os pescadores para cá.

Eu só quero pedir a vocês, que são representantes dos órgãos competentes a atender aos pescadores, que olhem os pescadores com carinho, porque a nossa defesa vai ser sempre esta: a defesa dos pescadores, que são um sofrimento. A gente viu naquela madrugada o corre-corre.

Então, Deputado, mais uma vez, era o que eu tinha para falar. Quando somos recebidos nos órgãos competentes, a gente tem que dizer o jeito que a gente é recebido. Eu me senti naquele dia ofendido. Eu falei com o Ministro no dia da audiência pública: *“Ministro, nós fomos recebidos covardemente. Nós não fomos recebidos de forma digna”*. Quando a Superintendente chama um técnico e não tem um técnico ao lado para atender, como você vai ser respeitado? Ela não sabia de nada, porque estava assumindo um cargo. Ela tinha que ter alguém competente para ficar do lado dela para defender os pescadores. É isso que nós temos que pensar.

Então, eu peço isso. E quero dizer ao Deputado Adrian, mais uma vez, que nós vamos encaminhar toda a documentação com protocolo. Eu tenho certeza de que, se precisar, nós estaremos presentes aqui em defesa dessa classe, que é uma



classe sofrida e trabalhadora, que é o pescador do nosso Município e do nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adrian) - Quero só informar aos senhores que os Deputados estiveram aqui presentes, mas não estão presentes agora, no momento do debate. Mas passaram por aqui, por esta audiência pública, os Deputados André de Paula, PSD de Pernambuco; Arnaldo Jordy, do PPS do Pará, Presidente da Comissão de Meio Ambiente; Márcio Macêdo, do PT de Sergipe; Felipe Bornier, do PSD do Rio de Janeiro; Reinaldo Azambuja, do PSDB de Minas Gerais; Penna, do PV de São Paulo, e Reinhold Stephanes, do PSD do Paraná. Passaram por esta audiência pública, mas não puderam esperar os debates. Por isso, nós estamos abrindo o debate para o público presente. Se alguém tiver alguma pergunta para fazer aos representantes dos órgãos...

Quero agradecer a presença da Sra. Liliane, representante da Secretaria de Pesca do Município de Macaé, que também está disponível para qualquer pergunta.

Como eu falei, há minutos, o tema que se refere a Macaé é o que está sendo debatido aqui. É um exemplo, mas, na verdade, é problema em todo o Brasil.

Chegou aqui a informação de que, no sul fluminense, os Municípios de Paraty, Angra dos Reis e Mangaratiba também estão passando pelos mesmos problemas. Então, nós pedimos que sejam realmente revistas essas situações.

Passo, agora, a palavra ao Vereador Welberth, para perguntas objetivas. Eles vão responder. Se houver mais alguma pergunta do público presente, eles vão respondê-la para encerrarmos a nossa audiência.

Vereador Welberth.

O SR. WELBERTH REZENDE- Presidente, na verdade, eu queria fazer algumas reflexões rápidas, e lamentar, talvez, o rumo que a audiência tem tomado. Na verdade, os órgãos aqui representados... Aqui está presente o representante do Poder Legislativo, do Parlamento, e o do Executivo.

Na verdade, o que a gente quer e espera aqui não é que cada representante fale que está cumprindo a lei, porque fica muito fácil ir para a sua zona de conforto e falar: *“Não, espera aí. Está escrito na lei e eu estou fazendo o meu papel.”* Ou o representante do IBAMA chegar e falar: *“Não, espera aí. Está na lei, eu cumpri...”*



Preocupado eu estaria se não tivesse com fuzil lá atuando. Não é esta a vertente que nós viemos buscar. Eu acho que a resposta que nós viemos buscar, Presidente, é a de que, na atuação compartilhada do MPA e do IBAMA, se sentassem para buscar soluções para os problemas aqui propostos. Esses problemas foram trazidos aqui de forma pontual para servirem de exemplo em tela, mas falar *“Não. Espera aí, nós fizemos o nosso papel, e aqui temos uma legislação que nos permite trabalhar dessa forma...”* Não é isso que nós viemos buscar. Eu acho que nós temos de sair daqui com o seguinte: *“Olha, estamos buscando melhorar. Temos, sim, o poder juntamente com o Poder Legislativo, que está aqui presente. O Poder Executivo está presente também. Podemos propor e avançar através de algumas normativas do Executivo.”* É isto o que nós viemos buscar, Presidente.

Não deixa de ser uma pergunta também ouvir deles... Não essa vontade. Eu até entendo um pouco o IBAMA, ao fazer a defesa da toninha e do peixe. Mas espero que o Ministério da Pesca e Aquicultura se posicione do lado do pescador, senão nós vamos ficar numa situação muito difícil. O Ministério da Pesca, o representante legal, o órgão que deve existir para servir e fazer políticas públicas que realmente venham atender a classe pesqueira, tem que se posicionar.

Talvez o Sr. Jair tenha falado isto e esteja certo: *“Ele realmente não tem o registro. Então...”* Mas onde está o registro, então? Se desde 2009 está se tentando buscar o registro e não se consegue isso.

Ninguém quer trabalhar, Presidente, na ilegalidade. Está se trabalhando na ilegalidade e com morosidade por falta de organização dos órgãos competentes para fazer a legalização.

Então, enquanto isso não acontecer, que os órgãos fiscalizatórios também tenham um pouco de prudência e não atuem com total excesso. Na verdade, há, sim, um excesso, porque poderíamos estar discutindo políticas educativas hoje enquanto não se resolve a questão, como eu falei, que deveria ser discutida de forma compartilhada, porque eles têm trabalhado de forma compartilhada. Enquanto não se discute, vamos conversar! Não conseguiu liberar a licença, não? Então, como eu vou cobrar se não estou liberando?

Então, é sobre isso que nós precisamos conversar. Devemos discutir, sim, a questão social e deixar um pouco a legalidade. Eu sei que isso tem ser cumprido,



tem que ser olhado, mas precisamos buscar medidas para mudar essa legislação que hoje não está atendendo a questão social, que temos que discutir também.

Portanto, há esse ponto para ser colocado também, Presidente. Eu queria ouvir também se, antes de sairmos daqui, vai haver alguma reunião proposta, alguma ideia para buscarmos melhorias. Eu acho que fica essa questão.

Outro ponto colocado foi a questão da isca. Nós conversamos, também, com o representante da Superintendência de Pesca do Rio de Janeiro sobre um ponto muito interessante. Ele falou: *“Olha, não é proibido pescar com a sardinha. A proibição é fazer o cerco. Se você não consegue comprovar como você comprou a sardinha, então você está na ilegalidade.”* Então, nós falamos: *“Então, tudo bem. Vamos cadastrar alguém para isso poder ficar legalizado, pescar e vender.”* *“Não estamos abrindo para legalizar...”* Então, fica difícil. Você pode pescar, meu amigo. Vai para o mar, mas vai sem isca. É a mesma coisa que falar dessa forma. Então, precisamos buscar soluções.

Eu acho, Presidente, que aqui devemos caminhar para buscar soluções para os problemas, e não que cada um vá para a sua zona de conforto e fale que está cumprindo a lei, porque senão a gente não vai avançar.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adrian) - Eu estou deixando as minhas palavras para o final, Vereador, para requerer a criação de um grupo de trabalho interministerial, para rever todas as normas. Mas, no final, no encerramento, na minha fala, nós vamos concluir isso.

Eu passo a palavra para o Sr. Clemerson, para responder.

O SR. CLEMERSON JOSÉ PINHEIRO DA SILVA - Eu acredito que a palavra do Vereador Welberth definiu bem qual seria a motivação maior para esta audiência pública.

Nós teríamos, vamos dizer assim, entre infinitas aspas, “perdido tempo?”, se ficássemos aqui apenas justificando alguma situação. Nós vamos avançar e prosperar a partir do momento em que nós definirmos encaminhamentos, formas de ação e projetarmos resultados. Certo?

Então, digo aqui o seguinte: a audiência pública já é uma iniciativa que está, vamos dizer assim, no caminho do que se define a gestão compartilhada de



recursos pesqueiros, como a lei muito bem define. Muita gente fala da gestão compartilhada entre o Ministério da Pesca e o Ministério do Meio Ambiente. Não, aqui é uma ação conjunta para definição de medidas normativas. A gestão compartilhada envolve governo e sociedade.

Então, a partir do momento em que houver aqui representantes do Poder Executivo, do Poder Legislativo e do setor pesqueiro, de representantes como o Presidente de colônia ou talvez de federação, nós estaremos exercendo a gestão compartilhada na definição do uso sustentável de recursos pesqueiros.

O Ministério da Pesca é um Ministério de fomento, de desenvolvimento e de defesa dos direitos e interesses do pescador. Isso está claro. A definição de políticas para o desenvolvimento do setor envolve o pescador, envolve o homem. Mas nós não podemos deixar de reconhecer que algumas medidas normativas, alguns atos definidos pelo Poder Legislativo e pelo Poder Executivo, funcionam como barreiras no avanço de algumas medidas de desenvolvimento. A gente não pode deixar reconhecer isso; nem o órgão, seja o IBAMA, Ministério da Pesca, Ministério do Meio Ambiente, Instituto Chico Mendes ou qualquer um que tenha interesse e participação ativa no processo de definição do uso de recursos pesqueiros, pode deixar de observar a estrutura legislativa que rege o uso do recurso. Por mais que queiramos, não podemos desconsiderar isso. Temos de buscar alternativas, sim. Temos de sentar, estabelecer a situação, o estado da arte, e, a partir daí, definir o que podemos fazer. O Ministério da Pesca não pode definir sozinho, a lei não permite; ele tem de sentar com o Ministério do Meio Ambiente. E o Ministério do Meio Ambiente junto com o Ministério da Pesca têm de sentar com a sociedade. A sociedade vai apresentar, como está apresentando aqui, suas reclamações, suas dúvidas, suas insatisfações, e nós vamos propor diante do que estabelece a lei, as normas, e também observar de acordo com o que estabelece a regra da natureza, o limite que o recurso pesqueiro naturalmente tem.

Isso porque todo mundo pode querer pescar, mas os recursos podem não sustentar. Aí, vai ser pior futuramente, Vereador. Nós vamos ter os pescadores e não vamos ter o peixe. Se nós não tivermos essa visão de que temos de estabelecer regras para que a atividade permaneça no tempo, nós vamos nos perder, porque nós não vamos ter condições de manter os recursos em níveis que sustentem a



atividade econômica, e, conseqüentemente, o social vai para o brejo também, porque, sem o econômico, o social não sobrevive. Nós temos de colocar isso na mesa para discussão.

Acho que o encaminhamento do Vereador Welberth, a palavra dele foi muito bem colocada aqui, no sentido de que nós precisamos definir como nós vamos fazer. Nós vamos pensar agora. Mas o processo de busca das soluções está definido a partir do momento em que existe uma gestão compartilhada, onde o Governo e sociedade, juntos, vão definir as regras de uso dos recursos.

E, para isso, tem toda uma estrutura, os Comitês Permanente de Gestão-CPG, os comitês científicos, que vão identificar qual a situação dos recursos em relação a se o estoque está sobrexplotado, se não está sobrexplotado, se está em risco de esgotamento ou não. Isso tudo faz parte da estrutura que o sistema de gestão compartilhada já dispõe, isto é, a participação com representantes da sociedade, porque os CPGs contemplam representantes de pescadores, sejam eles da federação, da associação, do sindicato, da organização não governamental; todos têm assento e participação nos comitês de gestão.

Cada recurso pesqueiro tem o seu comitê permanente de gestão, e são esses comitês que definem as regras que serão utilizadas para o uso dos recursos pesqueiros. Portanto, o caminho está definido. Agora, nós temos o momento aqui para fazer os encaminhamentos.

Em relação ao documento, Vereador Josimar, existe no Ministério da Pesca um sistema chamado MPADoc, um sistema único que funciona para o Brasil inteiro. A partir do momento que um documento entra no Ministério da Pesca, é gerado o que chamamos um NUP, o Número Único de Processamento. Esse número permanece para o Brasil inteiro e é permanente, não acaba em função da troca de ministro, de superintendente, de diretor, do que for; ele permanece. Então, não se encerra a gestão documental ou processual, em função da troca do dirigente.

Eu quis dizer isto, que, a partir do momento em que os senhores têm o protocolo de que já apresentaram o documento, esse documento tem de estar no Ministério da Pesca, ele não pode ter desaparecido. Portanto, eu quis dizer que, estranhamente, foi pedido um recadastramento ou uma reemissão de documento.



Ele podia ter alegado que sumiu, que perdeu ou algo assim, mas não em função da troca de dirigente. Isso não procede.

Em relação ao atraso nas autorizações, Marcelo, é política do Ministério da Pesca — isso já a partir do último Ministro, o Marcelo Crivella — a determinação para que todas as autorizações sejam entregues no prazo. Por isso, que estou solicitando que V.Sa. me informe a relação das embarcações, os números dos processos delas para que eu possa verificar esse atraso e por que ele aconteceu.

Envie-me essa relação que eu pessoalmente vou verificar isso, certo? Ok.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adrian) - Vou pedir ao Jair para responder, mas vou pedir também, em virtude do horário, que todos usem 3 minutos. Após a fala dele, vou passar às considerações finais, vou ver se alguém do público quer fazer alguma pergunta. Mas vamos estabelecer 3 minutos para cada um. Obrigado.

O SR. JAIR SCHMITT - Obrigado. Só vou fazer algumas considerações, Presidente, sobre o que disse o Marcelo Pereira e também os nobres Vereadores que fizeram algumas considerações. Vou ser mais enfático e talvez trabalhar alguns detalhes.

A primeira coisa é em relação ao fiscalizatório permissionamento. O permissionamento que está ali não contempla algumas regras já estabelecidas desde 2009 ou outras anteriores. Então, é dever, é obrigação da fiscalização... E quando falamos “é não ir com força”, eu não posso entender que é prevaricar, senão vou ser preso aqui, saio da sala e vou ser preso. Eu jamais posso dar esse tipo de ordem ou comando aos fiscais. Por isso que fizemos questão de mostrar a norma explícita.

Agora, há possibilidade de rever alguns atos administrativos? O IBAMA hoje não tem poder praticamente em quase nada, salvo algumas coisas delegadas, mais para rever atos de ordenamento. Esta é uma discussão do Ministério e obviamente que eu não posso falar em nome do Ministério. Agora tenho certeza de que, pela equipe que lá está, pela própria... Enfim, há pleno diálogo no sentido de se ver o que se pode tratar em relação a questões de ordenamento, de regra à pesca.

Eu acho que é importante, talvez como encaminhamento desta audiência, que seja feita essas tratativas ao Ministério do Meio Ambiente, enfim, por competência lá. O IBAMA é uma autarquia vinculada, mas não pode falar em nome do Ministério.



E cito um exemplo importante como metáfora. Os órgãos de trânsito nos Estados emitem as carteiras CNH, as habilitações tipo A, tipo B e assim por diante. A tipo A e a tipo B são de veículos de passeio. Aí, o policial de trânsito, o qual não emitiu a ordem, encontra um cidadão conduzindo um caminhão, que requer carteira tipo D tipo E, coisa desse tipo. Se o policial não fizer o procedimento de apreender o caminhão, multar, e realizar todas as medidas de trânsito, ele será responsabilizado por isso. Então, o problema não é na ação fiscalizatória em si. É isso que tem que ficar bem claro. Senão nós...

Até peço às lideranças locais, ao Marcelo e tudo o mais, que isso seja bem interiorizado, porque senão nós vamos criar um clima de animosidade, ou coisa desse tipo, o que, obviamente, vai dificultar a solução, o diálogo, e assim por diante.

Então, o papel do IBAMA é cumprir o seu rito. Daqui uma semana, de repente, o Deputado pode até chamar o IBAMA aqui numa audiência por não ter feito esse papel. Esta é a preocupação da instituição.

Em relação à abordagem, à preocupação, quero só deixar bem claro, o IBAMA não tem fuzil. E essa ação específica no Rio de Janeiro recentemente, agora em março, nós estávamos em apoio à Marinha do Brasil numa operação denominada Amazônia Azul, uma operação que ocorre em todo o Brasil. E ali existem alguns ritos, alguns procedimentos da Marinha do Brasil em suas embarcações.

O IBAMA estava numa embarcação da Marinha, onde, às vezes, se usa de alguma medida... Pode-se até questionar a Marinha, mas eu não vejo necessariamente algum excesso da Marinha. Na verdade, é uma abordagem militar que se faz em qualquer embarcação. Ano passado, fizeram em três barcos japoneses, com 600 toneladas de atum e assim por diante — e foi de fuzil na mão naquele contexto.

Agora, o IBAMA é hostilizado, os fiscais correm sistematicamente risco de vida em campo. Isso tem de ficar muito bem registrado, porque senão parece que é algum abuso de poder. Não, existe o porte de arma para os servidores do IBAMA, legalmente, para o exercício de suas funções.



Vou pegar um caso recente. Na semana passada, um barco do IBAMA foi cercado por onze barcos de pescadores que não queriam ser fiscalizados. Se tem que haver alguma medida mais enérgica, tenha certeza de que não é o rito da lei.

Agora, nós preocupamos em ver fatos que caracterizem abuso. Sobre a história do fuzil, ou da arma na cabeça, conheço isso desde que trabalho na instituição. Quero ver os fatos, está filmado, está gravado, qual a abordagem e como foi conduzido isso.

De antemão — eu só quero que fique registrado —, o Marcelo, pessoalmente, pode me trazer isso para ser apurado. A instituição não se nega, em hipótese alguma, a apurar conduta ou algum procedimento que tenha abuso. Mas é preciso dos fatos, porque senão vai ficar no disse-me-disse. Eu procurei, na abordagem rápida, mostrar alguns fatos normativos de autuação, mas não posso ficar só no elemento discursivo. Tenho certeza de que a instituição tem a preocupação de apurar essas condutas. Não há a menor dúvida disso.

E, por último, encerrando meu tempo, a instituição está de portas abertas ao diálogo, não há a menor dúvida disso, obviamente, nos limites de suas atribuições e competências.

Preocupa-me somente em relação à fiscalização. Nós temos um trabalho intenso no litoral brasileiro. De antemão, vou fazer meu trabalho preventivo, educativo e tudo o mais, mas peço às lideranças que alertem em relação aos pescadores. Enquanto esse assunto não for pacificado e esclarecido, certamente vou ficar incomodado e preocupado, sabendo que outros pescadores, certamente, muitos pais de família, têm de alimentar seus filhos. Enfim, existe toda uma problemática social por trás disso, mas, se nós nos depararmos com essa situação, a instituição vai ter de fiscalizar. Isto é inevitável.

Agradeço a oportunidade. Deputado, e fico à disposição. Sempre que V.Exa. precisar, por favor, conte conosco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adrian) - No nosso encerramento, nós estamos vendo a necessidade de que esses problemas sejam resolvidos. Há uma falta de comunicação, há muitas normas que estão ultrapassadas, não estão funcionando, tanto na área do IBAMA, no Ministério do Meio Ambiente, no Ministério da Pesca. Então, nós vamos propor a criação de um grupo de trabalho



interministerial entre o Ministério da Pesca, o Ministério do Meio Ambiente e o IBAMA, com a participação da Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados, para que possamos rever essas normas. As normas existem, mas não quer dizer que elas estão sendo as melhores que poderiam ser. Acho que têm de ser revistas, porque senão a atividade da pesca em todo o nosso Brasil será extremamente afetada. Mas, no final, quando eu for fazer o fechamento, nós vamos falar sobre isso.

Eu quero perguntar se algum presente quer falar alguma coisa, perguntar alguma coisa.

Eu vou passar 3 minutos para cada um que quiser fazer considerações finais.
Marcelo, 3 minutos.

O SR. MARCELO PEREIRA DIAS DE MADALENA - Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero agradecer a Deus, agradecer a oportunidade que o senhor está dando à classe pesqueira não só de Macaé, mas de toda região; agradecer aos presentes, agradecer à presença do IBAMA, do Ministério.

Quero dizer ao nosso amigo Jair que fica difícil de o pescador trazer aqui prova concreta como fotos. Se o pescador já está lá nervoso de estar sendo multado, autuado com armas e tudo mais, como eles vão tirar foto para trazer aqui e provar que realmente aconteceu o ato?

Mas, resumindo, pois só tenho 3 minutos, quero entregar um ofício ao nosso amigo da Superintendência, o Sr. Clemerson, e dizer-lhe também que o Ministério tem de fazer um levantamento, uma análise, para quando emitir um documento certificado para as embarcações não só de Macaé, mas de todo o Brasil, que esclareça bem na permissão o que eles podem e o que não podem fazer, porque os pescadores não têm entendimento para saber o que se pode e o que não se pode fazer. Desde o momento que está escrito que se pode pescar, não se está dizendo qual o tipo de peixe. E assim eles vão fazer, vão pescar não só em Macaé, mas em qualquer lugar do mundo.

Se está dizendo que pode colocar isca viva, a sardinha é um peixe vivo, e estava na tina, aí eles foram autuados. Mas essa permissão foi dada pelos senhores. Então, acho que o Ministério tem que rever essas permissões que são dadas às embarcações que estão sendo autuadas.



Sobre o cadastro, como o senhor falou e aqui fica o registro, a Colônia de Pescadores de Macaé fez esse cadastro quatro vezes. A sua Superintendência me pediu, duas vezes, para eu levar a documentação novamente, o recadastramento. Quer dizer, está havendo dois pesos e duas medidas, porque nós não estamos aqui para falar mentira, nem viemos aqui para desfazer de ninguém, nem para fazer calúnia. Viemos aqui para buscar soluções em parceria, com o apoio do Deputado, com o apoio da Casa para que possam ajudar os pescadores não só de Macaé, mas de toda região e de todo o Brasil.

No mais, quero agradecer a todos e muito a Deus por esta oportunidade de estarmos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adrian) - Vereador Jocimar Gomes, por 3 minutos, para considerações finais.

O SR. JOCIMAR GOMES DE OLIVEIRA - Sr. Presidente desta audiência, Deputado Federal Adrian, Sr. Marcelo, Sr. Jair, Sr. Clemerson, colega Vereador Welberth, Liliane, nossa companheira e guerreira na Secretaria de Pesca, representando a Secretária Rizete Ribeiro da Silva, que não pôde estar presente, Parlamentares aqui presentes e autoridades, nós só temos de dizer ao Diretor de Departamento de Pesca do nosso Brasil o seguinte: nós não falamos que o documento sumiu, quem falou para nós foi a Superintendente, e estavam presentes o Deputado Federal, o Vereador Welberth e os pescadores do Município; foi um audiência marcada. E ela pediu o cadastramento.

Então, a gente precisa fazer uma frente de trabalho. Nós precisamos, o mais rapidamente possível, fazer uma cobrança mais forte na Superintendência para tentar levá-los mais ao Município de Macaé, a fim de ajudar aqueles pescadores.

Então, quero agradecer, em nome da Câmara de Vereadores do Município de Macaé, Estado do Rio de Janeiro. Para nós, foi uma honra muito grande receber o convite do Deputado Adrian e dos Deputados que aprovaram esta audiência.

Nós vamos continuar lutando, nós não vamos parar. Porque, lá, sou tachado como polêmico a respeito dessas questões, quando a gente abraça os mais prejudicados. Já estive lá com o pessoal. Participei de um movimento para reaver uma certidão de meio ambiente que estava presa no gabinete do Secretário Minci. Nós levamos 800 pessoas. Fomos recebidos pela polícia. Eu me apresentei, subi no



gabinete dele com 15 representantes e, na mesma hora, ele falou: "É do meu poder?" E desceu brincando. Na mesma hora, assinou a liberação da certidão e a entregou em nossas mãos.

Então, eu acho que nós temos de fazer essa frente de trabalho, e eu gostaria que os órgãos competentes que administram o setor pesqueiro olhassem com carinho a nossa situação, e também com mais rapidez. Esses pescadores precisam ir ao mar com mais tranquilidade.

No mais, muito obrigado, boa tarde a todos.

Tenha certeza, Deputado, de que isto para nós é um orgulho muito grande, sair do Município de Macaé e vir a esta audiência pública, representando aquela classe mais sofrida do nosso Município, do nosso Estado, do nosso Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adrian) - Muito obrigado, Vereador.

Vereador Welberth, 3 minutos para suas considerações finais.

O SR. WELBERTH REZENDE - Presidente, eu quero utilizar esse tempo para fazer agradecimentos; agradecer ao Ministério da Pesca, aos técnicos que nos acompanharam,; ao IBAMA, por ter vindo discutir. Quero agradecer à presença não só dos representantes da colônia, ao Marcelo, e à Subsecretaria de Pesca do Município de Macaé, mas também ao Júnior Abacaxi, Presidente da Associação de Pescadores da Macaé, que, como você colocou, também é um guerreiro. Por fim, Sr. Presidente, agradecer pela sua sensibilidade de marcar esta audiência pública.

Eu acho que não foi em vão a nossa vinda aqui. Como falei, a ideia era provocar uma discussão. Tenho certeza de que não foi em vão sair de casa, acordar à 1 hora da manhã para pegar um voo e estar aqui, pois esta era a ideia: sairmos daqui com uma proposta, a de criar um grupo de debate, assim como foi proposto pelo Deputado, criar um grupo interministerial com a presença da Comissão desta Casa. Eu tenho certeza de que vamos conseguir chegar ao nosso objetivo.

Para nós que atuamos em âmbito municipal, a nossa competência é no Município. Ficamos com essa missão de provocar e entregar na mão dos senhores. Então, hoje entregamos o problema e passamos os fatos, a fim de que os senhores tenham ciência do que acontece na ponta, no chão, na água, no Município, para onde realmente devemos olhar. Na verdade, na concepção de Estado, de Nação,



antes de o Brasil ser Brasil, antes do Rio de Janeiro ser Rio de Janeiro, antes de São Paulo ser São Paulo, antes de Minas ser Minas, havia o Município. É no Município onde as pessoas moram. É lá que elas sofrem, é lá que elas pescam e é lá que elas precisam ser ouvidas.

Então, a gente vem trazer essa demanda aos senhores, como Parlamentares da cidade, acompanhados da representatividade dos pescadores, já agradecendo por essa proposta de se criar um grupo. Eu tenho certeza de que daqui vão sair bons frutos.

Quero agradecer mais uma vez. Parabéns, Deputado! Contem com a gente também do Município de Macaé!

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adrian) - Obrigado, Vereador.

Com a palavra o Sr. Clemerson José Pinheiro da Silva, por 3 minutos, para suas considerações finais.

O SR. CLEMERSON JOSÉ PINHEIRO DA SILVA - Só queria dizer, Vereador Jocimar, que, em momento algum, eu afirmei que vocês estariam faltando com a verdade. Apenas coloquei que estranhei o fato, afirmado por um superintendente, de que o processo se encerra na troca do dirigente. Foi só isso! Não queria polemizar. *(Riso.)* Eu vou verificar pessoalmente a situação dessas embarcações, a partir do momento que a relação dessas embarcações chegar às minhas mãos.

Eu gostaria de agradecer também a oportunidade de representar o Ministério da Pesca nesta audiência pública. Eu acho que a gente pode melhorar a forma como vem sendo construído o processo de gestão dos recursos pesqueiros no Brasil, através do debate, da interlocução, da troca de ideias, do diálogo entre as diversas pessoas que atuam nos recursos e têm interesse sobre eles.

O Ministério da Pesca, o Ministério do Meio Ambiente, o IBAMA, o Parlamento, o setor produtivo, todos eles compõem o sistema de gestão compartilhada.

Eu parabenizo o Deputado Adrian pela condução dos trabalhos; o Sr. Marcelo pela iniciativa, que vem desempenhando muito bem o seu papel, enquanto líder, representante de uma categoria; o Sr. Jair, colega do IBAMA, que tão bem representou o órgão e descreveu aqui as atuações e a importância do IBAMA no



papel de defesa do meio ambiente no Brasil; e os Vereadores, enquanto representantes da população de Macaé, que aqui vieram defender os seus interesses.

Então, o Ministério da Pesca coloca-se à disposição. O Ministério da Pesca é um ator de importância e coadjuvante no processo, a partir do momento em que é parceiro do Ministério do Meio Ambiente. Ou seja, ele é coadjuvante e protagonista do processo de gestão dos recursos pesqueiros.

O Ministério da Pesca não só está presente, como também se coloca à disposição para discutir a busca de soluções dos problemas que vêm afetando a atividade pesqueira no Brasil, especificamente no que diz respeito aos pescadores do Município de Macaé presentes nesta audiência pública.

Estamos à disposição para todo o processo de discussão e de construção das soluções.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adrian) - Obrigado, Sr. Clemerson.

Passo a palavra ao Sr. Jair Schmitt, para suas considerações finais, por 3 minutos.

O SR. JAIR SCHMITT - Senhores, autoridades, eu gostaria de iniciar minhas palavras finais agradecendo à Instituição a oportunidade de trazer ao debate assuntos tão importantes ao País na área do meio ambiente e, especificamente, atividades de fiscalização ambiental.

Só quem atua nessa atividade sabe o quão inglória é essa tarefa. É uma função do Estado extremamente importante, que busca manter a organização, a ordem social, em conformidade com as normas ambientais, e, obviamente, às vezes se depara com situações de conflito. E é inevitável a gente ter diálogo com a sociedade. Então, a oportunidade de manifestação em relação a isso é extremamente importante.

Eu gostaria também de agradecer às lideranças locais, na pessoa de Marcelo Pereira, e aos Vereadores Welberth e Jocimar. O papel dessas lideranças locais é, sobretudo, também trazer esta discussão, a fim de tentar construir soluções coletivas. O Diretor Clemerson é uma pessoa de fino trato, com quem temos diálogo praticamente semanal, em tratativas que envolvem o ordenamento da pesca. Como



eu falei, muito embora o IBAMA tenha limitações de decidir sobre o ordenamento, ele tem contribuições. Obviamente, a equipe do Clemerson tem se empenhado em buscar essas soluções. Nós temos várias soluções, às quais já foram dados os encaminhamentos até recentes e não são objeto desta discussão, mas, certamente, elas têm trazido melhorias para a pesca sustentável e, conseqüentemente, para a sociedade.

Por último, faço meu agradecimento ao Deputado, a esta Casa, a esta Comissão do Meio Ambiente, que tem sido sensível a um assunto extremamente importante e relativamente recente. Trazer à discussão a questão do controle, do ordenamento, da fiscalização da atividade pesqueira, principalmente para uma parcela da sociedade inferiorizada ou com algumas limitações sociais e econômicas, só demonstra o espírito democrático desta iniciativa.

Então, deixo os nossos agradecimentos. Aqui fica novamente o registro do interesse, da iniciativa do IBAMA em querer contribuir para a solução em definitivo de todo este contexto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adrian) - Bom, primeiramente, eu quero não só agradecer como também parabenizar pelas exposições o representante dos pescadores, o Sr. Marcelo Pereira, da Colônia de Pescadores do Município de Macaé, que representou muito bem aqui a sua categoria; ao Sr. Jair Schmitt, que veio aqui nos passar os problemas, as informações sobre o IBAMA; ao Sr. Clemerson José Pinheiro da Silva, que também veio nos dar as informações do Ministério da Pesca; ao Vereador Welberth por suas intervenções, representando a Câmara Municipal do Município de Macaé e todo o povo daquela região; ao Vereador Jocimar Gomes, o Boca, que também veio representando toda a classe de pescadores e toda a população da nossa região; a todos os pescadores e a todos aqueles que estão acompanhando esta audiência pública pela Internet. Muitos pescadores estariam aqui, mas o evento foi tão rápido, que não deu tempo de eles se organizarem.

Quero ainda agradecer à Sra. Liliane, que está representando a Subsecretaria Municipal de Pesca do Município de Macaé; aos Deputados que se fizeram



presentes nesta audiência — sabemos que hoje está havendo várias audiências e seminários, e eles estão andando de uma para outra —; e a todos os presentes.

Nós precisamos sair daqui, conforme falou o Vereador Welberth, com uma solução predeterminada. O que nós vimos aqui foi o drama dos pescadores, mostrado por Marcelo, e dos Vereadores do Município de Macaé, que também é o drama, na verdade, de todos os pescadores do nosso País. Como falou o Vereador, a gente conhece a realidade do Município, porque é nele onde as pessoas moram.

Então, nós estamos vendo que existem algumas situações que precisam ser revistas. Conforme falou o Marcelo, é necessária uma lei para as grandes embarcações e outra lei para os pescadores artesanais. Isso já é uma injustiça feita, porque não podemos dar um trato para um e um trato diferente para outro. A preocupação com o pescado acabar é algo mais errado ainda, porque as grandes embarcações é que, realmente, recolhem o maior número de pescado. Essa é uma das coisas erradas.

Também quero passar ao Sr. Clemerson que essa reunião da qual o Vereador Boca falou fui eu quem a pediu ao então Ministro Crivella, fui eu realmente quem a marcou. A Dra. Suely nos atendeu maravilhosamente bem, mas houve isso, pediu que fosse feito, porque não havia encontrado os cadastros.

Entendemos que esta audiência foi feita para provocarmos uma situação, para que seja resolvida, de uma vez por todas, a vida de nossos pescadores, lógico que com a proteção ambiental, porque, se acabar o pescado, acaba o pescador. Temos essa responsabilidade.

Eu vou propor a criação do Grupo de Trabalho, passar para os Ministérios esse grupo interministerial, que eu acho que tem que se reunir. Há falta de comunicação entre o Ministério do Meio Ambiente, o IBAMA e o Ministério da Pesca, como também há falta de oportunidade de a sociedade, de a classe em questão se pronunciar, classe esta que pôde se pronunciar através desta audiência pública.

Então, nós precisamos rever certas normas que realmente estão deixando a vida do pescador cada vez mais difícil. Quem é o pescador? O pescador é um dos nossos últimos heróis em existência. Talvez seja uma das profissões mais antigas da história, desde a criação dos mundos. Enquanto nós estamos, nos restaurantes ou em nossa casa, comendo, deliciando-nos com aquelas maravilhas que vêm do



mar, o pescador está arriscando a sua vida, à noite, debaixo de sol ou de chuva, nos mares, para que possamos ter esses momentos. Mas ninguém pensa, quando está vivendo esses momentos, que alguém arriscou sua vida para poder proporcioná-los a nós. E o que nós estamos fazendo com esses heróis do mar? Nós estamos inviabilizando cada vez mais essa profissão. Estamos tirando o direito, a vontade de o pescador ir para o mar, trazer seu pescado, defender o sustento da sua família.

Poucos Deputados aqui se preocupam com o meio ambiente como eu me preocupo. Eu sou defensor do meio ambiente, também sou defensor da vida humana, defensor do trabalhador. Então, nós precisamos unir o útil ao agradável, precisamos ter um meio termo. E, através desta junção do Ministério da Pesca, do IBAMA, do Ministério do Meio Ambiente, da Câmara dos Deputados e da sociedade, nós poderemos rever certas injustiças que estão acontecendo. Nós precisamos de uma comunicação maior entre os órgãos competentes e os pescadores diretamente, porque a maioria dos que tomaram essas multas foi para o mar desavisado, sem o conhecimento, achando que estava legalizado, com uma licença, quando, na verdade, no entendimento do IBAMA, não estava. E aí eles tomaram uma multa maior do que o valor do seu barco. Ou seja, o pescador teve que vender o barco para pagar a multa. Ele fica sem a multa, mas fica sem o barco, sem a profissão dele, sem ter como sustentar a família.

Na verdade, como falou aqui o Vereador Welberth, nós temos que iniciar com uma fiscalização educativa. Também entendo que os fiscais não podem deixar de fazer o seu trabalho, porque serão presos — isso é verdade —, mas tudo isso nós podemos mudar. Temos que tratar essa questão através de leis. Nós temos que rever as normas para que os fiscais não sejam presos por não multar. Que eles possam ter até a oportunidade de educar.

Ao mesmo tempo, que também possamos passar para os pescadores como realmente tem que ser feito. Para isso nós montamos esta audiência. Para isso nós estamos aqui com o Ministério da Pesca, com o IBAMA, com os representantes dos pescadores e do povo da região. Pedimos a ajuda de cada um dos senhores.

Vamos nos reunir, vamos criar esse grupo para que, de uma vez por todas, não dificultemos mais a vida dessa categoria. Vamos ajudar essa categoria, para



que ela possa prosseguir, para que o Brasil possa crescer cada vez mais, e não destruir categorias que são históricas no nosso País.

Quero agradecer a todos os senhores. Quero pedir aos senhores representantes da categoria da pesca, representantes do povo da região, que mandem para o nosso gabinete todos os anseios e aquilo que os senhores achem que realmente está sendo injusto para com os pescadores. Nós vamos procurar a direção do Departamento de Registro da Pesca e Aquicultura, através da pessoa do Sr. Clemerson, e a Coordenadoria-Geral de Fiscalização, através da pessoa do Sr. Jair, que se dispuseram aqui a ajudar a rever essa situação e defender o meio ambiente, sem cometer injustiça à classe dos pescadores, que é tão importante para o nosso País e para as nossas vidas.

Muito obrigado a cada um dos senhores.

Declaro encerrada a reunião.